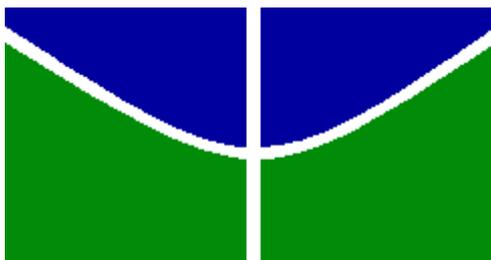


Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Larissa da Costa e Silva

**DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS
BIBLIOTECAS ESCOLARES.**

Brasília
2011



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Larissa da Costa e Silva

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES.

Monografia apresentada à
Faculdade de Ciência da Informação
da Universidade de Brasília para
aprovação no curso de graduação
em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Kelley Cristine Gasque.

Brasília
2011

S586l Silva, Larissa da Costa e.
Diretrizes para a política de desenvolvimento de coleções nas
bibliotecas escolares / Larissa da Costa e Silva. – Brasília 2011
72 f.

Monografia (curso de Biblioteconomia) – Universidade de Brasília –
UnB

1. Biblioteca escolar. 2. Política de desenvolvimento de coleções. 3.
Acervamento. I. Título. II. Silva, Larissa da Costa e.

CDU – 027.8



Título: Diretrizes para a política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares.

Aluna: Larissa da Costa e Silva.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 13 de julho de 2011.

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque – Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em Ciência da Informação

Antônio Lisbôa Carvalho de Miranda - Membro

Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutor em Ciências da Comunicação

Sônia Araújo de Assis Boeres – Membro externo

Mestre em Ciência da Informação

Aos meus pais, José Ailton e Marli, que tornaram este sonho possível. A Lelê, minha irmã e eterna companheira.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, por fazer infinitamente mais do que pedi ou pensei, e por renovar tua misericórdia a cada manhã. Tua lei é perfeita e tuas promessas verdadeiras. Feliz é o homem que deposita sua vida em Ti, pois tuas palavras são lâmpadas para os pés e luz para os caminhos daqueles que o temem.

Sei que por mim mesmo esta conquista não seria possível... Mas o Senhor, mediante sua infinita bondade e graça, transforma meu viver e derrama chuvas de bênçãos em minha vida. Por isso quero louvar-te todos os dias de minha vida.

Aos meus pais por todo amor, dedicação e apoio. Obrigada por fazerem de seus sonhos os meus sonhos, e de suas vitórias as minhas vitórias. Por proporcionarem uma família com a qual sempre posso contar, e um lar seguro que me acolhe nos momentos difíceis. Mas principalmente, obrigada por me ensinarem o princípio da sabedoria: temer ao Senhor.

A Livia, Felipe e Letícia por nossa irmandade. Pelas aulas particulares, por me ensinarem a ir de bicicleta para a escola, por prepararem meus lanches, e por tantas outras recordações maravilhosas que me proporcionaram. Ao meu namorado André Luiz pelo amor e companheirismo, ao tio Bento e tia Cida por todo carinho.

A professora Kelley Cristine Gasque, por me inspirar e incentivar, e cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. A UnB e a todos os professores que dividiram seus conhecimentos comigo, contribuindo para minha formação. Ao Reginaldo e todos os funcionários da FCI, pela atenção e dedicação.

Aos irmãos da Igreja de Cristo, por intercederem pela conclusão desta monografia comigo. Aos familiares, amigos e todas as outras pessoas que contribuíram de qualquer forma.

Serei eternamente grata a todos!

"Meu filho, se você aceitar as minhas palavras e guardar no coração os meus mandamentos; se der ouvidos à sabedoria e inclinar o coração para o discernimento; se clamar por entendimento e por discernimento gritar bem alto, se procurar a sabedoria como se procura a prata e buscá-la como quem busca um tesouro escondido, então você entenderá o que é temer ao Senhor e achará o conhecimento de Deus. Pois o Senhor é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e o discernimento. Ele reserva a sensatez para o justo; como um escudo protege quem anda com integridade, pois guarda a vereda do justo e protege o caminho de seus fiéis. Então você entenderá o que é justo, direito e certo, e aprenderá os caminhos do bem. Pois a sabedoria entrará em seu coração, e o conhecimento será agradável à sua alma. O bom senso o guardará, e o discernimento o protegerá."

Provérbios 2: 1-11

Silva, Larissa da Costa e Silva. Diretrizes para a política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares. Brasília, 2011. 72 f. Monografia (grau de Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília - Faculdade de Ciência da Informação.

RESUMO

O desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares tem sido objeto de pouco interesse dos profissionais da informação. O trabalho visa salientar a importância da discussão sobre o tema e a necessidade da implantação de diretrizes que auxiliem as bibliotecas escolares na elaboração de boas políticas de desenvolvimento de coleções. Foi realizada uma análise documental através do levantamento bibliográfico de livros e artigos sobre biblioteca escolar, desenvolvimento de coleções e políticas de desenvolvimento de coleções. Sites da Internet também foram examinados. Através da análise foi possível constatar que coleções bem desenvolvidas influenciam diretamente na usabilidade da biblioteca pela comunidade e trazem maiores benefícios para a aprendizagem dos usuários.

Palavras-chave: biblioteca escolar; desenvolvimento de coleções; políticas de desenvolvimento de coleções.

ABSTRACT

The development of collections in school libraries has been the subject of little interest to information professionals. Thus, this present work is intended to emphasize the importance of the discussion on the topic and the need for implementation of guidelines to assist school libraries in developing good policies for collection development. It conducted a review of the literature through books and articles about school libraries, collection development and collection development policies. It also examined internet sites. Through analysis it was found that well-developed collections directly influence the usability of the library for the community and bring greater benefit to the users' learning.

Keywords: school library; collection development; collection development policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Abordagem estruturalista do desenvolvimento de coleções (Baughman, 1979)	p. 23
Figura 2: Processo de desenvolvimento de coleções (Evans, 1979)	p. 25
Figura 3: Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções (Klaes, 1991)	p. 26

LISTA DE SIGLAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules

BE – Biblioteca escolar

CDU – Classificação Decimal Universal

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

PDA – Política de Desenvolvimento de Acervos

PDC – Política de Desenvolvimento de Coleções

PNBE – Programa Nacional de Biblioteca da Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo geral:	17
2.2 Objetivos específicos:	17
3 BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	18
3.1 Biblioteca escolar	18
3.1.1 Histórico da Biblioteca Escolar	19
3.1.2 Função, objetivos e importância da Biblioteca Escolar	21
3.2 Política de Desenvolvimento de Coleções:	23
3.2.1 Histórico do Desenvolvimento de Coleções	28
3.2.2 Função, objetivos e importância da Política de Desenvolvimento de Coleções	29
3.3 Diretrizes para criar uma Política de Desenvolvimento de Coleções eficiente	32
3.3.1 A riqueza do acervo	33
4 METODOLOGIA.....	36
5 SUGESTÕES PARA O ACERVAMENTO ADEQUADO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	38
5.1 Processos técnicos	38
5.1.1 Seleção e política de seleção	38
5.1.2 Aquisição	42
5.1.3 Avaliação	43
5.1.4 Desbastamento e descarte	44
5.2 Processos administrativos.....	45
5.2.1 Identificação da missão e objetivos da biblioteca escolar	45
5.2.2 Análise da instituição mantenedora	46
5.2.3 <i>Estudo da comunidade e dos usuários</i>	47
5.2.4 <i>Traçar o perfil da coleção</i>	48
5.2.5 <i>Análise dos recursos disponíveis</i>	49
6 CONCLUSÃO	53
7 REFERÊNCIAS	54
8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	58
APÊNDICE.....	60
ANEXOS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as bibliotecas escolares (BE) brasileiras têm vivenciado uma realidade de descaso. Muitos sistemas reconhecem a importância da biblioteca no processo de aprendizagem e na formação de cidadãos críticos e pensantes, do ponto de vista teórico, mas na prática excluem a biblioteca escolar de sua organização.

Barreto (2008, p. 1) afirma que “no cotidiano escolar, percebemos a pouca (ou nenhuma) utilização da biblioteca como espaço educativo e informacional que promove leituras, análises, debates e encontros entre livros e indivíduos”. O autor também ressalta “a falta de planejamento pedagógico, de projeto que integre a biblioteca ao projeto político-pedagógico da escola”.

Paiva e Berenblum (2006, p. 13), após realizarem a avaliação diagnóstica do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), relataram que:

muitas bibliotecas se confundiam com depósitos de livros amontoados sem nenhum critério nem organização e, muitas vezes, se encontraram os livros empacotados em suas embalagens originais. Outras se reduziam a ‘armariotecas’, e os livros se encontravam guardados em armários trancados a chave, não estando disponíveis para consulta de alunos ou professores.

As autoras (2006, p. 13) também destacam a falta de registros dos materiais da biblioteca, dificultando a criação de um catálogo que informe a “comunidade escolar sobre a quantidade e qualidade das obras” que dispõem.

O governo também ignorou a importância da biblioteca escolar nas instituições de ensino por muito tempo. Somente em 24 de maio de 2010 foi aprovada uma lei que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (Lei nº 12.244).

Entretanto, apenas impor a universalização das bibliotecas escolares não mudará a realidade. É preciso também discorrer sobre outros aspectos fundamentais para o pleno funcionamento da biblioteca, de forma que esta possa cumprir o seu papel cultural e educacional na sociedade. Isso porque, entre as instituições de ensino que possuem bibliotecas escolares (BE), é possível encontrar uma realidade de abandono e desprezo.

Infelizmente, não é necessário fazer grande esforço para encontrar graves problemas enfrentados diariamente pelas BE, como pode se observar nas pesquisas de Barreto (2008) e Paiva e Berenblum (2006). Entre os quais, podem-se citar:

- A maior parte das BE funciona em locais inadequados, sem a infraestrutura mínima necessária para uma biblioteca. Normalmente, ocupam antigas salas de aula desativadas;
- Não possuem profissional qualificado para gerenciar a biblioteca. Em geral, o papel do bibliotecário é exercido por professores remanejados, que foram afastados de suas funções originais por motivos de saúde ou por problemas com alunos indisciplinados;
- Por ter verbas escassas, a biblioteca funciona, quase sempre, sem os recursos materiais mínimos necessários. O acervo é constituído sem qualquer planejamento e basicamente por doações;
- As doações são incorporadas ao acervo sem critérios de seleção e avaliação prévia. A maior parte deste material é desatualizada e obsoleta, tornando a biblioteca um depósito de livros velhos sem utilidade;
- Os recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) raramente estão inseridos nas bibliotecas escolares, impossibilitando a inclusão digital da comunidade e prejudicando a busca de informações em catálogos on-line, portais de conhecimento, sites institucionais etc.;
- O espaço da biblioteca, frequentemente, serve como local de punição para os alunos desobedientes, criando uma imagem negativa da biblioteca para as crianças;
- As pesquisas realizadas na BE normalmente restringem-se à cópia. Os responsáveis pela biblioteca raramente ensinam os usuários a elaborar uma pesquisa completa, isto é, a encontrar informações apropriadas e, a partir delas, criar as próprias conclusões;
- A biblioteca oferece poucas atividades pedagógicas complementares, como por exemplo: rodas de leitura, hora do conto, sessões de debate sobre os livros lidos, exposição de desenhos sobre algum tema pesquisado etc.;

- Os funcionários da biblioteca não realizam treinamentos para ensinar os usuários a utilizarem a biblioteca de forma plena: como encontrar os livros nas prateleiras, fazer uma pesquisa completa, apresentar os cuidados necessários para a conservação e preservação dos materiais, dentre outras;
- A falta de política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares contribui para o crescimento desordenado e descontrolado dos acervos, interferindo diretamente na queda da qualidade dos recursos informacionais disponibilizados pela instituição.

Essa realidade é inaceitável com as propostas pedagógicas contemporâneas, tendo em vista a importância da biblioteca escolar na educação, na cultura e no lazer da sociedade. Os tradutores da obra de Kuhlthau (2006, p.10), reforçam este pensamento ao afirmarem que:

Embora os alunos tragam para a escola uma bagagem de conhecimentos que não pode ser desprezada, muitas vezes adquirida em seu contato com os meios de comunicação, a escola é o espaço por excelência para ampliar e aprofundar o contato com a variedade de recursos atualmente disponíveis, e também para refinar as habilidades a eles relacionadas. Reunidos no espaço da biblioteca escolar, os recursos informacionais irão se constituir num rico manancial para propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para viver e conviver na sociedade da informação.

Esta afirmação também ressalta a importância do desenvolvimento de coleções no processo da construção do saber, ao enfatizar que a coleção reunida na biblioteca escolar se constituirá “num rico manancial”, propiciando o “desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias” para o convívio dos indivíduos na atual sociedade da informação.

Contudo, Weitzel *apud* Fonseca (2006, p. 8) ressalta que para isto ser possível “a biblioteca não pode ser um aglomerado de livros e revistas amontoados pelo mero acaso” sem qualquer tipo planejamento e seleção. Afirma que “é imprescindível a elaboração de um instrumento que defina a política para o desenvolvimento de coleções” (2006, p. 8), respeitando o objetivo e o fim social do centro de informação.

Desta forma, pode-se afirmar que a principal ferramenta para o bom desenvolvimento de um acervo é a política de desenvolvimento de coleções.

Embora seja essencial a elaboração de um documento formal que disponha sobre os elementos deste processo, nem sempre esta recomendação é seguida pelos bibliotecários ou profissionais responsáveis pelo gerenciamento da biblioteca. Portanto, este trabalho foi desenvolvido com o intuito de proporcionar maior visibilidade às bibliotecas escolares e às políticas de desenvolvimento de coleções, reforçando a ideia de que o desempenho das bibliotecas escolares relaciona-se ao desenvolvimento e atualização do acervo adequado a comunidade educativa, que seja de fácil e rápido acesso.

Primeiramente, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da monografia. Em seguida é realizada a revisão de literatura, que trata dos conceitos e processos envolvidos na biblioteca escolar e política de desenvolvimento de coleções.

Por fim, após apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, sugerem-se diretrizes para o acervamento adequado das bibliotecas escolares, discutindo sobre os processos técnicos e administrativos necessários para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções completa.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo analisar a literatura sobre bibliotecas escolares e políticas de desenvolvimento de acervos para propor diretrizes que subsidiem as bibliotecas escolares na criação de políticas dos referidos acervos, que estejam adequadas ao orçamento institucional e as necessidades informacionais dos usuários.

2.1 Objetivo geral:

Propor critérios que subsidiem as instituições de ensino na elaboração de boas políticas de desenvolvimento de coleções e no acervamento das bibliotecas escolares.

2.2 Objetivos específicos:

- Descrever os conceitos de política de desenvolvimento de coleções e de acervamento.
- Explicitar a necessidade de um acervamento eficiente nas bibliotecas escolares.
- Identificar e analisar critérios que auxiliem no desenvolvimento de coleções e no acervamento das bibliotecas escolares.

3 BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Neste tópico, apresenta-se a revisão de literatura realizada mediante pesquisa e o levantamento bibliográfico sobre biblioteca escolar e política de desenvolvimento de coleções. O objetivo é traçar o histórico de ambos, além de estudar a função, os objetivos e a importância dos conceitos.

3.1 Biblioteca escolar

Bibliotecas são instituições seculares responsáveis por guardar o conhecimento, a cultura e a produção científica de diversas civilizações (antigas ou atuais). Têm como objetivo principal suprir as necessidades informacionais, de pesquisa e de educação da comunidade a que serve, subsidiando o processo de aprendizagem contínua e na formação de cidadãos críticos e pensantes.

As informações disponíveis nas bibliotecas podem estar registradas em diversos suportes, como por exemplo: livros, periódicos, manuscritos, vídeos, microfiches etc. O acesso a esses documentos normalmente é gratuito e, além disso, os usuários também podem conseguir empréstimos de alguns materiais por tempo determinado, respeitando-se a política de cada instituição.

Pode-se afirmar que as bibliotecas são locais em que variados tipos de documentos estão disponíveis para disseminação das informações. Isso porque devem respeitar e estar em conformidade com as instituições com as quais se vinculam. Assim, as bibliotecas possuem diferenças entre si. Portanto, podem ser divididas em classes específicas, de acordo com suas características, e receber diferentes denominações.

Por exemplo, as bibliotecas vinculadas a centros de ensino superior, voltadas para alunos de graduação, e com coleções específicas para a pesquisa científica, são denominadas bibliotecas universitárias ou acadêmicas. As vinculadas aos municípios, voltadas para a comunidade de moradores do local com coleções mais gerais, que versam sobre a cultura e o conhecimento do local, são denominadas bibliotecas municipais.

Nesta linha de raciocínio, Cunha e Cavalcanti (2008) denominam como biblioteca escolar as instituições vinculadas a estabelecimentos de ensino, as quais têm como público principal alunos e professores, funcionando como um centro de recursos pedagógicos.

Quinhões (2000) afirma que a biblioteca escolar é um local em que hábitos de leitura são desenvolvidos. Porém as bibliotecas escolares transcendem o incentivo à leitura, constituindo-se como espaço de aprendizagem, como afirma Moro (2011, p.1):

um espaço democrático que além de disponibilizar materiais para a consulta da comunidade, é um local de aprendizado que estimula a leitura, formando cidadãos críticos e, por isso, ativos na sociedade em que se inserem. É também um ambiente de cultura que proporciona lazer e novos relacionamentos interpessoais.

Complementando esse pensamento, o Manifesto IFLA/UNESCO (1999, p. 1) preconiza que “a BE [biblioteca escolar] habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”.

Deste modo, uma vez que o progresso de um país está diretamente relacionado ao nível educacional e cultural alcançados por seus habitantes, e que a biblioteca escolar se insere no cenário nacional como local responsável pela criação de indivíduos pensantes, criativos e críticos, pode se afirmar que a biblioteca escolar é essencial para a formação continuada não só de docentes, mas também de discentes, como afirma Gasque (2003).

3.1.1 Histórico da Biblioteca Escolar

O Programa Mobilizador (2009, p.10), organizado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia em parceria com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CFB/CRB), afirma que “o conhecimento acumulado e registrado pelo ser humano ao longo do tempo é condição para a reflexão e o avanço nos mais diversos níveis”. Isso porque as informações são essenciais para o desenvolvimento do ser pensante.

Nesse sentido, destaca-se o argumento do site “Mundo Vestibular” (2007) sobre o estudo dos registros históricos ao afirmar que “é importante porque nos dá condições de entender as estruturas econômicas, sociais,

políticas, religiosas, ideológicas e jurídicas da sociedade em que vivemos”. Isto é:

a partir do estudo do passado podemos entender o processo de transformação da natureza, realizado pelo acúmulo de conhecimento dos homens, e que possibilitou mudanças substanciais no modo de vida da humanidade e no próprio homem, além de abrir horizontes de transformações em nossa sociedade. (MUNDO VESTIBULAR, 2007)

No entanto, embora seja inquestionável a necessidade e a importância de registros históricos para o estudo do passado e para a evolução da sociedade, durante muito tempo eles foram ignorados. Antunes (200-?) afirma que esta falta de registros dos acontecimentos educacionais e culturais é a grande responsável pela dificuldade encontrada em resgatar o histórico das bibliotecas escolares no Brasil.

Apesar de não existir muitas informações sobre a origem das bibliotecas no Brasil, Antunes (200-?) acredita que foram fundadas na época das inaugurações dos primeiros Colégios Jesuítas, em meados de 1550. Já Almeida, Bastos e Romão (2008, p. 230) afirmam que “a primeira biblioteca da história do Brasil pertenceu ao Colégio da Bahia com inauguração datada de 1598”.

Deste modo, cabe dizer que as primeiras bibliotecas trazidas ao Brasil foram bibliotecas escolares voltadas ao desenvolvimento dos conventos dos padres franciscanos, das carmelitas e dos beneditinos, e em especial da Companhia de Jesus. E que suas atividades tinham basicamente valor didático e catequético.

Sobre as bibliotecas escolares vindas neste período, Antunes (200-?) afirma que a maior era a do Colégio de Salvador, que “foi desenvolvida a partir das obras trazidas em 1549, pelo padre Manuel da Nóbrega.” Contava com 15.000 volumes no momento em que “os jesuítas foram expulsos do Brasil” no governo de Marquês de Pombal, em 1759.

Antunes (200-?) também afirma que a biblioteca do Colégio de Santo Alexandre, no Pará, “contava com mais de 2.000 volumes, em 1760”, e que o “Colégio do Rio de Janeiro tinha 5.434 volumes”. Além disso, relata que “em carta escrita em 1661 à Companhia de Jesus, o padre Antônio Vieira, ressaltava que o acervo da biblioteca do Colégio do Maranhão estava instalado em sala especial” e que essa tinha capacidade de “até 5.000 volumes”.

Almeida, Bastos e Romão (2008, p. 230) relatam que a situação das bibliotecas (após a expulsão dos jesuítas em 1759) só foi alterada “com a vinda da família real para o Brasil”, quando ocorreram “fatos como a criação da Biblioteca Nacional e a oferta de educação primária, secundária e de nível superior.

Com o passar do tempo e o avanço da sociedade, a biblioteca foi ganhando reconhecimento quanto à função social e educacional que desempenha. O Programa Mobilizador (2009, p. 9) afirma que “sob o ponto de vista de organismos internacionais e das políticas públicas brasileiras, é incontestável que as bibliotecas escolares são componentes essenciais para apoiar o desenvolvimento de uma nação”.

Logo, somando-se isso à luta da classe de bibliotecários e de educadores, foi elaborada a Lei 12.244 de maio de 2010 que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino” do Brasil, atestando mais ainda a necessidade das bibliotecas escolares nos centros de ensino.

3.1.2 Função, objetivos e importância da Biblioteca Escolar

Para o pleno funcionamento de uma biblioteca escolar é necessário conhecer bem sua função e seus objetivos. Estes devem ser traçados de acordo com análises prévias feitas sobre aspectos como: objetivos da instituição a que pertence, estudo dos usuários reais e potenciais da biblioteca, recursos materiais, pessoais e financeiros disponíveis etc.

Para Miranda (2007), a missão de uma biblioteca deve ser “orientar acervos, produtos e serviços para o público” e, para alcançá-la, afirma que é necessário “definir para quem a biblioteca está sendo organizada”. Por sua vez, o Programa Mobilizador (2009, p. 6) afirma que:

a natureza da função da biblioteca escolar é ser um espaço constituído para, uma vez assimilado pelo aluno, professor e demais entes que constituem os atores do ambiente escolar, possibilitar a interação com os processos de conhecimento de modo a contribuir para uma formação satisfatória do indivíduo, favorecendo o aprender a aprender, ou seja, corroborando para a aquisição da habilidade de aprender, saber obter, utilizar e gerar novas informações.

Em relação ao papel e à importância dos objetivos da BE, o Manifesto elaborado pela IFLA/UNESCO, em 1999, defende que o cumprimento de certos

objetivos pré-definidos são essenciais para o desenvolvimento da competência na leitura, escrita, no uso da informação, no ensino, na aprendizagem, na cultura e nos serviços básicos da BE.

De acordo com o Manifesto da UNESCO, os objetivos das bibliotecas escolares, de maneira mais detalhada, são:

- apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como a sensibilidade;
- trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor. (MANIFESTO IFLA/UNESCO, 1999, p. 2 e 3).

Nesse contexto, uma política de desenvolvimento de coleções adequada constitui-se em ferramenta importante para propiciar informações de qualidade e atualizadas. Entretanto, é importante ressaltar que também será fundamental o fornecimento de instalações adequadas, a contratação de pessoal treinado dentre outros. Sobre a importância das bibliotecas escolares, Gasque (2003) afirma que essas são essenciais aos professores e alunos, uma vez que o papel da biblioteca nos processos de construção do conhecimento, de aprendizagem contínua e na formação de cidadãos críticos e reflexivos é inquestionável.

Retomando sobre a importância das bibliotecas escolares, o Programa Mobilizador (2009, p.7) afirma que “a existência da biblioteca na escola torna-se indispensável para a formação do indivíduo”.

Em relação aos cuidados necessários ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares, devido à importância de ambos, o Programa Mobilizador (2009, p. 7) defende que:

não é só necessário disponibilizar acervos mas, acima de tudo, viabilizar o acervo ao conjunto de saberes que este acervo possui para que, a partir do contexto da escola, do seu projeto pedagógico e da cultura geral que compõe tal conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar, a biblioteca possa contribuir para criar mecanismos capazes de promover a superação das dificuldades de modo a alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola.”

3.2 Política de Desenvolvimento de Coleções:

A política de desenvolvimento de coleções (PDC) é uma atividade importante nas bibliotecas. Isso porque propicia aquisição mais racional pelo melhor custo-benefício. Tal atividade oferece diretrizes para a aquisição de materiais, considerando as necessidades dos usuários e a redução de despesas das bibliotecas. Esse tópico de estudo tem sido motivo de discussões frequentes de pesquisadores da área, mas especialmente de bibliotecários.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p.285), a política de desenvolvimento de coleções, ou política de desenvolvimento de acervos, é “o conjunto de critérios, consubstanciados num documento, que tem por objetivo assegurar o crescimento racional e equilibrado de uma determinada coleção ou acervo”.

Aprofundando este pensamento, Weitzel (2006, p.18), ressalta a ideia de processo e o papel da equipe na elaboração das políticas, afirmando que a política de desenvolvimento de acervos é:

um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apoiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo.

Desta maneira, pode-se afirmar que a política de desenvolvimento de coleções é um processo de planejamento necessário a toda biblioteca e centros de informação. E para ser eficiente, é imprescindível que essa contemple etapas independentes, como: estudo da comunidade (instituição a qual está vinculada e comunidade a que serve), políticas de seleção, seleção,

aquisição, avaliação, manutenção, armazenamento, conservação e preservação, desbastamento e descarte.

Sobre tais etapas, Magrill e Hickey (1984) *apud* Vergueiro (1993), afirmam que:

de uma maneira geral, o desenvolvimento de coleções irá incluir a avaliação das necessidades dos usuários, a avaliação da coleção atual, a determinação da política de seleção, a coordenação da seleção de itens, o “desbastamento” e armazenagem de partes da coleção e o planejamento para compartilhamento de recursos.

Já Baughman (1979) *apud* Vergueiro (1993) representa sua teoria considerando o uso, o conhecimento e a biblioteconomia com áreas de interseções em que ocorrem as atividades inerentes ao desenvolvimento de coleções, como se pode observar na figura 1:

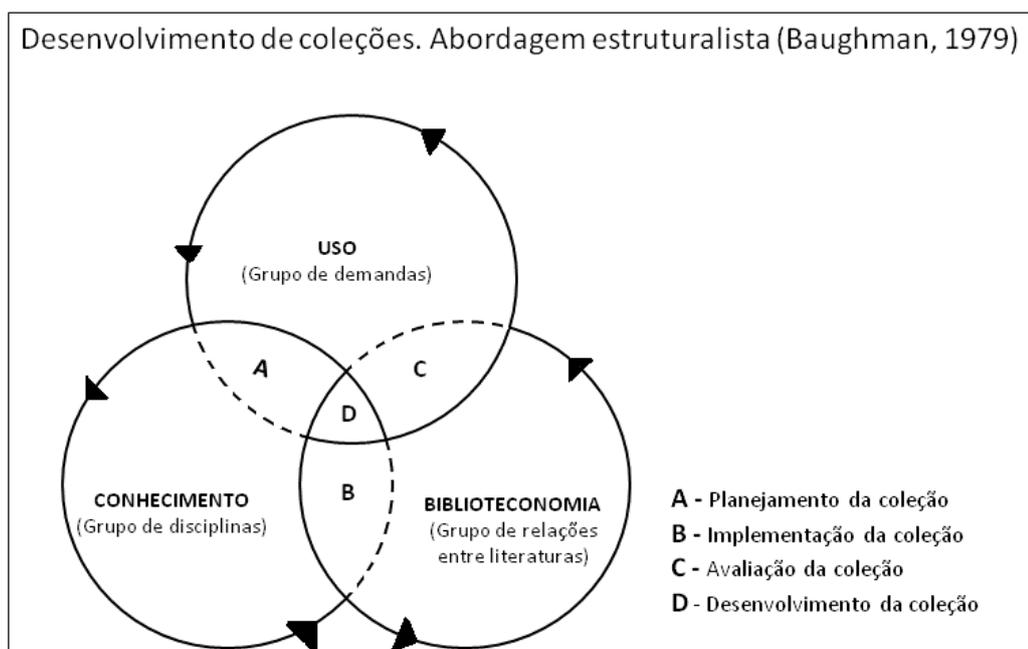


Figura 1: Abordagem estruturalista do desenvolvimento de coleções (Baughman, 1979)

Fonte: Baughman (1979) *apud* Vergueiro (1993)

Para o autor, o ‘uso’ equivale ao grupo de demandas, o ‘conhecimento’ ao grupo de disciplinas (áreas de estudo) e ‘biblioteconomia’ ao grupo de relações entre literaturas. A partir do relacionamento entre estes grupos, surgem outros elementos em suas interseções:

Na interseção entre ‘conhecimento’ e ‘uso’, surge o ponto **A**, que se refere ao planejamento da coleção. Entre ‘conhecimento’ e ‘biblioteconomia’, surge o ponto **B**, que trata da implementação da coleção. E, por fim, na

intersecção entre 'uso' e 'biblioteconomia', surge o ponto **C**, avaliação da coleção.

Assim, o desenvolvimento de coleções (ponto **D**) para Baughman (1979) é gerado pela intersecção dos conjuntos planejamento da coleção (ponto **A**), implementação da coleção (ponto **B**) e avaliação da coleção (ponto **C**), resultando na equação:

Ponto A + Ponto B + Ponto C = Ponto D
 ou seja,
Planejamento + Implementação + Avaliação = Desenvolvimento de Coleções

No entanto, segundo Evans (1979) *apud* Vergueiro (1993, p.16), “o desenvolvimento de coleções terá necessariamente um enfoque mais sistêmico”, no qual ocorrerá um “processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais de biblioteca em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade e tentando corrigir as fraquezas existentes quando constatadas”, perspectiva equivalente à matriz SWOT, elaborada por Porter para a análise do ambiente interno e externo das organizações.

O modelo (figura 2) elaborado por Evans (1979) para representar o enfoque sistêmico do processo de desenvolvimento de coleções é constituído pelos elementos 'bibliotecários (staff)', 'estudo da comunidade', 'políticas de seleção', 'seleção', 'aquisição', 'desbastamento', 'avaliação' e 'comunidade'.

Ao centro do modelo encontra-se o 'bibliotecário'. Este influe diretamente nos 6 elementos intermediários: 'estudo da comunidade', 'políticas de seleção', 'seleção', 'aquisição', 'desbastamento' e 'avaliação'. Os quais também recebem influência direta da comunidade, localizada nas extremidades da circunferência.

Além destas relações, pode-se observar uma ligação cíclica entre os 6 elementos intermediários: 'estudo da comunidade' → 'políticas de seleção' → 'seleção' → 'aquisição' → 'desbastamento' → 'avaliação' → 'estudo da comunidade' →

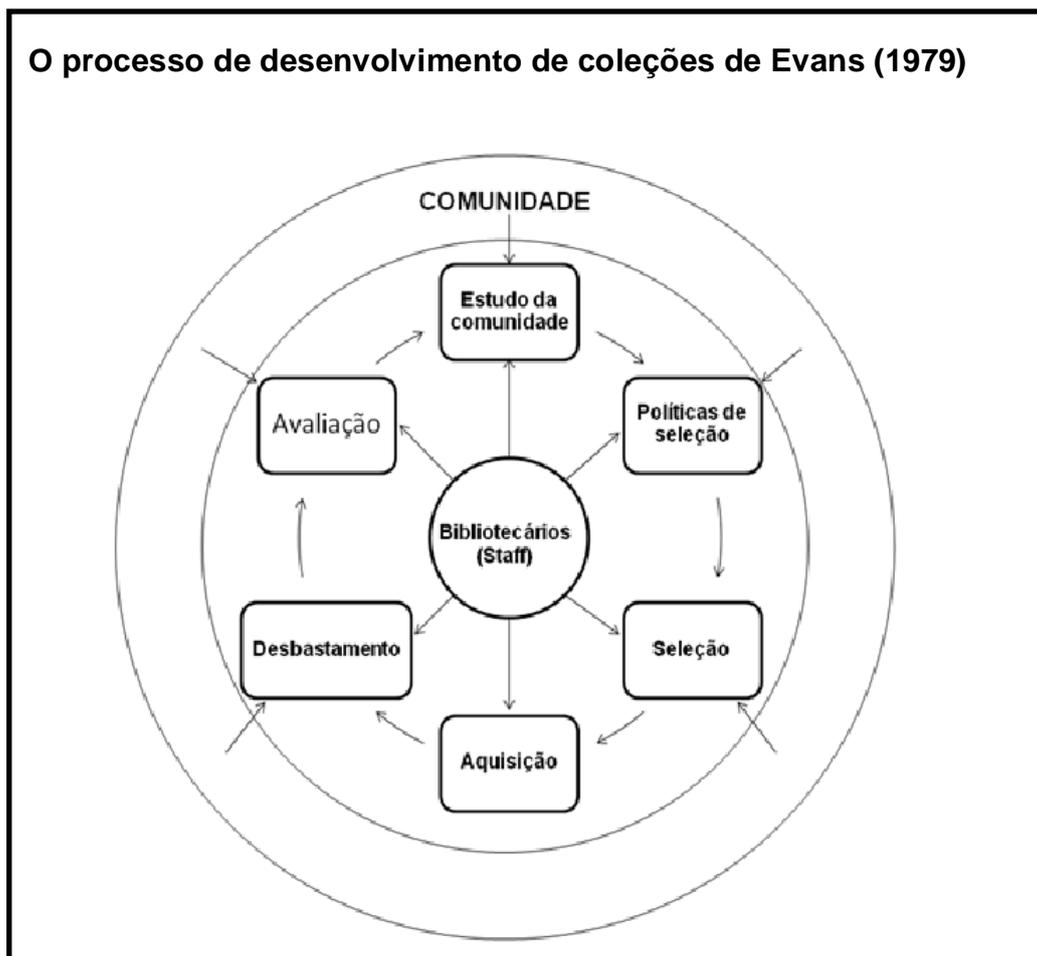


Figura 2: Processo de desenvolvimento de coleções (Evans, 1979)
 Fonte: Evans (1979) *apud* Vergueiro (1993)

Esta representação é bem aceita por levar em conta todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento de coleções, isto é, bibliotecários, comunidade e processamentos técnicos. Além disso, dá atenção à influência que cada uma destas partes tem no processo como um todo, sem criar hierarquias entre as etapas. Também representa a dependência que existe entre todas as partes e etapas para a formação de um processo ininterrupto.

Por sua vez, Klaes (1993, p.2) define o desenvolvimento de coleções como uma atividade que “constitui um processo criterioso de expansão e atualização de acervos para atender às demandas da comunidade”, isto é, um gerenciamento de coleções. Segundo a autora, a política de desenvolvimento de coleções “representa um plano de ação, através de um conjunto de enunciados que determinam objetivos e critérios para orientar a atividade de desenvolvimento de coleções”. Tal processo é crucial para as bibliotecas, como se observa pela afirmação de Miranda (2005, p. 4) ao sugerir que “cada biblioteca vai ter que definir suas políticas de desenvolvimento de acervo e

saber o que deve ser disponibilizado e o que pode vir a ser acessível em linha, conforme as suas estratégias”.

Neste sentido, Klaes (1993) afirma que para elaborar um Plano de Desenvolvimento de Coleções eficiente, os bibliotecários devem coletar e analisar informações importantes antes da elaboração do documento, como: meio ambiente organizacional e da biblioteca; necessidades informacionais dos usuários; recursos bibliográficos; recursos financeiros e o uso das coleções já existentes.

Em relação ao “processo de expansão e atualização do acervo em consonância com objetivos e políticas preestabelecidas”, Klaes (1993, p.225) propõe 6 fatores que influenciam no Plano de Desenvolvimento de Coleções, como se observa na figura 3:

Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções (KLAES, 1993)

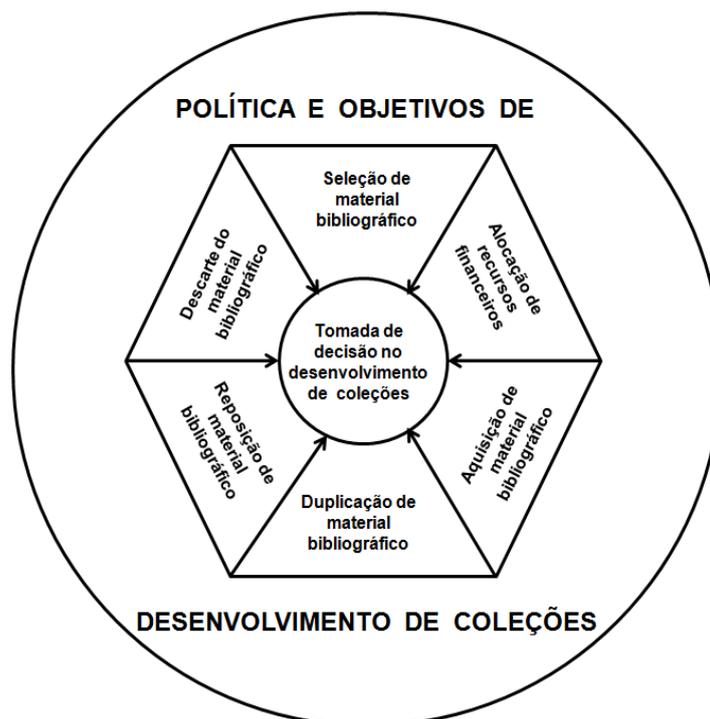


Figura 3: Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções (Klaes, 1993).

Fonte: KLAES, Rejane Raffo (1993).

Nesse modelo apresentado por Klaes (1993), a tomada de decisão no desenvolvimento de coleções relaciona-se a seis fatores que estão inseridos na

política e nos objetivos do desenvolvimento de coleções: seleção de material bibliográfico, alocação de recursos financeiros, aquisição de material bibliográfico, duplicação de material bibliográfico, reposição de material bibliográfico e descarte de material bibliográfico.

Em suma, os modelos citados de desenvolvimento de coleção permitem elencar elementos cruciais nessas atividades. É um processo importante em que a visão sistêmica é aspecto essencial, considerando os elementos externos como ambientes políticos, econômicos e sociais bem como os subprocessos, tais como política de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento.

É importante ressaltar ainda que as políticas de desenvolvimento de coleções precisam ser revisadas e atualizadas constantemente, para que possam acompanhar às possíveis mudanças (institucionais, da comunidade, dos objetivos...) e se adaptar à elas.

3.2.1 Histórico do Desenvolvimento de Coleções

O desenvolvimento de coleções das bibliotecas e centros de informação aconteceu, por muito tempo, de maneira desorganizada e sem qualquer tipo de planejamento. Porém, com o passar do tempo, e com o “ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais”, entre a década de 1950 e 1960, percebeu-se que o crescimento desenfreado das coleções, sem critérios de seleção e descarte, além de influenciar na queda da qualidade dos acervos, tornava escasso o espaço físico destas instituições (VERGUEIRO, 1993, p. 13).

Assim, a partir da década de 1960, questões referentes ao desenvolvimento de coleções de bibliotecas e de centros de informação começaram a ter maior visibilidade. Isso fez com que mais bibliotecários discutissem a necessidade de uma política que os auxiliasse na obtenção de diretrizes com intuito de minimizar os problemas existentes pela falta de planejamento.

Vergueiro (1993, p.14) destaca que a preocupação com o planejamento já existia há muito tempo, entretanto, o enfoque era mais pontual e direcionado.

Somente entre a década de 1960 e 1970 se identificou “nitidamente um movimento em direção ao desenvolvimento de coleções”.

A partir deste movimento:

houve, então, como que um *boom* do desenvolvimento de coleções: artigos sobre o assunto ou sobre suas componentes começaram a aparecer, com frequência cada vez maior, nos periódicos de Biblioteconomia; manuais especializados foram escritos, buscando conscientizar os profissionais sobre a importância do tema; teses e pesquisas foram realizadas em universidades do mundo inteiro; periódicos especializados exclusivamente nessa área foram criados (VERGUEIRO, 1993, p. 14, *itálico do autor*).

Atualmente, Miranda (2007, p. 2) defende o uso do neologismo especializado ‘acervamento’. Este é utilizado “no sentido de um processo de formação e desenvolvimento de coleções mediante uma política específica, conforme sugere o sufixo ‘mento’ (de mentar, conceber, idealizar).”

3.2.2 Função, objetivos e importância da Política de Desenvolvimento de Coleções

A principal função da política de desenvolvimento de acervos é desenvolver diretrizes para o crescimento planejado da biblioteca, resultando no desenvolvimento de uma coleção eficiente, capaz de atender e suprir as necessidades informacionais da sua instituição mantenedora e da comunidade a qual está vinculada. Isto é, ser “uma política formal que norteie as bibliotecas na formação e no gerenciamento de suas coleções”. (MARTINS; CÂMARA; VILLAS BOAS, 2000, p. 2)

Aprofundando-se no assunto, as autoras também mencionam várias funções e objetivos que explicam a necessidade de adoção do documento pelas bibliotecas e centros de informação. Entre os quais:

atender as novas expectativas e nível de exigência do usuário; racionalizar e otimizar os recursos financeiros, humanos e de equipamentos disponíveis; explosão bibliográfica exponencial; racionalizar o espaço físico; analisar o custo versus benefícios, observando os objetivos e tendências da instituição; aplicar as novas tecnologias na biblioteca no acesso à informação e no desenvolvimento das rotinas; compartilhar recursos e estabelecer consórcios/redes. (MARTINS; CÂMARA; VILLAS BOAS, 2000, p. 2,)

A rede de bibliotecas da Universidade de Passo Fundo (200-, p. 1), por exemplo, descreve como finalidades de sua política de seleção “defenir critérios para o desenvolvimento e atualização do acervo”. Sobre seus principais objetivos, a instituição cita:

- estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo nas áreas de atuação da instituição;
- direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- determinar critérios para duplicação de títulos;
- estabelecer prioridades de aquisição de material;
- estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- traçar diretrizes para o descarte do material;
- traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

As bibliotecas têm sofrido consideravelmente com os cortes no orçamento, pois embora tenham importante papel social e educacional, os centros de informação, muitas vezes, são deixados em segundo plano nas instituições. Elas preferem investir suas verbas em outras áreas que acreditam ser mais importantes ou estratégicas, disponibilizando poucos recursos financeiros para as bibliotecas.

Deste modo, os bibliotecários precisam administrar adequadamente o orçamento da biblioteca. Setores como formação de funcionários, eventos culturais e aquisição de materiais devem ser analisados cuidadosamente. No último caso, por exemplo, é necessário adquirir, a coleção de lastro e outras essenciais (referências, multimeios, hemerografia...), que favorecem o acesso à informação relevante e atualizada aos usuários.

A política de desenvolvimento de coleções torna-se essencial para auxiliar os profissionais da informação nas tomadas de decisões, como afirma Vergueiro (1993, p.20), ao ressaltar a “necessidade de encarar as coleções e seu desenvolvimento como um fator importante da administração dos serviços de informação”.

Miranda (2007) corrobora Vergueiro (1993) ao citar aspectos que mostram a importância da política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas e centros de informação, quais sejam:

- Orientar acervos, produtos e serviços de acordo com os objetivos da instituição a qual está vinculada, e de acordo com os interesses da comunidade a quem serve;
- Evitar a duplicação desnecessária do acervo;

- Evitar que todas as doações sejam incorporadas ao acervo sem análise prévia da utilidade que terão e dos benefícios que trarão para a coleção;
- Evitar que a biblioteca cresça indiscriminadamente e que passe por uma situação de falta de espaço físico para o armazenamento das obras;
- Definir quais materiais poderão ser emprestados e quais estarão disponíveis apenas para consulta local;
- Esclarecer medidas referentes à preservação e conservação do acervo em geral;
- Discorrer sobre a digitalização das obras, respeitando às leis e resguardando todos os direitos autorais.

Conforme alguns aspectos citados por Miranda, a PDC é primordial em questões referentes à escassez de espaço físico e qualidade do acervo. Isto também é lembrado por Campello (2010, p. 26), ao afirmar que:

uma boa biblioteca possui coleção selecionada em função dos interesses da comunidade a que serve. Não é um amontoado de livros recebidos por doação ou enviados por órgãos governamentais que, embora com a melhor das intenções, não conhecem a fundo as necessidades da escola. Ela deve ser organizada de forma a permitir que o livro ou material certo seja encontrado com facilidade e rapidez.

Portanto, o desenvolvimento de coleções deve estar em sintonia com o tipo de biblioteca a que pertence. Isto porque este processo tende a se adaptar às finalidades de cada instituição, levando em conta fatores como: comunidade a quem serve, objetivos da instituição a qual está vinculada, recursos financeiros disponíveis, etc.

Por isso, ao discutir sobre o desenvolvimento de coleções em bibliotecas escolares, Vergueiro (1993) afirma que o principal objetivo do processo é favorecer as atividades pedagógicas realizadas nas escolas, se integrando ao processo educacional.

Para o desenvolvimento de uma coleção que atenda às necessidades dos usuários, a biblioteca escolar deverá ter por base o currículo ou programa escolar. Outrossim, deverá disponibilizar as bibliografias básicas de cada disciplina: matemática, português, ciências em geral, história, geografia, artes etc.

No entanto, ao analisar o currículo de algumas escolas e as coleções disponíveis em suas bibliotecas, nem sempre se observa um bom resultado. Neste sentido, Barreto (2008, p. 1) ressalta que:

É válido atentar para a falta de planejamento pedagógico, de projeto que integre a biblioteca ao projeto político-pedagógico da escola. Muitas vezes os usuários reduzem-se a alunos que vão ao local tão somente para copiar verbetes de grandes enciclopédias e dicionários antigos e empoeirados.

Em relação a questões referentes à globalização e ao advento tecnológico, Vergueiro (1993, p. 19) revela que “as grandes inovações que vem acontecendo em termos de recursos de informação colocados a serviço das instituições educacionais” estão transformando as bibliotecas escolares em “verdadeiras centrais de multimeios” (Id., 1993, p. 19), provando que os bibliotecários escolares também devem considerar as atualizações do mercado das tecnologias da informação ao desenvolver a política de desenvolvimento de coleções.

3.3 Diretrizes para criar uma Política de Desenvolvimento de Coleções eficiente

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 128) explicam que *diretriz* é um “conjunto de instruções [orientações] a serem seguidas para que sejam alcançados os objetivos de uma organização.” São importantes, pois orientam os trabalhadores na execução das atividades e a gerência nas tomadas de decisões.

Por se tratar de um documento administrativo visando planejamento e eficiência nas bibliotecas, as políticas de desenvolvimento de coleções devem contemplar muitos aspectos. Vários fatores devem ser cautelosamente analisados e estudados.

Ao elaborar diretrizes para política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas, Weitzel (2006) descreve ao longo de seu livro uma série de doze passos para auxiliar os profissionais da informação. São estes:

1º Passo: identificar a missão e os objetivos da instituição;

2º Passo: traçar o perfil da comunidade;

3º Passo: traçar o perfil das coleções;

4º Passo: descrever às áreas e formatos cobertos pela biblioteca;

- 5º Passo: descrever a política de seleção;
- 6º Passo: descrever o processo de seleção;
- 7º Passo: descrever o processo e a política de aquisição;
- 8º Passo: descrever o processo de desbastamento e descarte;
- 9º Passo: descrever o processo de avaliação;
- 10º Passo: detalhar outros aspectos importantes;
- 11º Passo: analisar documentos correlatos;
- 12º Passo: avaliar a política

Esta sequência abrange os fatores ligados direta ou indiretamente às bibliotecas, além dos processamentos técnicos essenciais para o bom funcionamento dos centros de informação.

3.3.1 A riqueza do acervo

Para a elaboração da política de coleções, cada biblioteca deve considerar os objetivos da instituição a qual pertence, e o quê é fundamental para que o seu funcionamento seja pleno e para que consiga suprir as necessidades informacionais da comunidade a que serve. Nesse sentido, a expressão riqueza do acervo refere-se à variedade de materiais (didáticos e paradidáticos) e suportes (livros, CDs, vídeos...) e à multidisciplinaridade da coleção.

O acervo de uma biblioteca escolar, sem dúvida nenhuma, deve ser o mais diversificado possível para, segundo Mota (2011, f. 66) “atender às demandas de todos os usuários, [...] torná-la um espaço de apoio agradável e motivador que incentive a participação no processo de ensino-aprendizagem”.

Barreto (2008, p. 4) reforça o argumento ao explicar que “quanto mais eclética for a biblioteca, mais ela atenderá a comunidade escolar marcada pela pluralidade”. Ainda de acordo com a importância da diversificação do acervo da biblioteca escolar, Quinhões (2000, p. 2) afirma que

hoje, os educadores têm consciência que existem, além dos livros, inúmeros instrumentos como gravuras, jornais, CDs, vídeos etc. E estratégias para dinamizar a transmissão e a aquisição do conhecimento, redimensionando, assim, os horizontes... Se ao aluno não forem oferecidos materiais variados e de qualidade, o processo ensino-aprendizagem não atingirá objetivo desejado.

Em geral, quando se aborda a construção do acervo biblioteconômico, faz parte desse universo:

- a coleção de referência – constituída por documentos para consulta local e imediata, como por exemplo, dicionários, enciclopédias, guais, índices, atlas, catálogos etc.;
- a coleção de lastro – compreendida por obras consideradas clássicas ou consagradas dentro da área de cobertura da biblioteca;
- a coleção corrente – composta por obras circulantes (que podem ser emprestadas) que estão em constante avaliação e renovação;
- a hemeroteca – constituída por jornais e publicações periódicas;
- os multimeios – formado por obras de suporte não convencional, como vídeos, microfilmes, gravações etc.;
- as coleções especiais - formada por coleções de projetos específicos e especiais, como obras raras e mapotecas;
- a coleção didática - composta de títulos indicados pelos docentes como bibliografia obrigatória nas ementas (planos de ensino) de cada disciplina;

Esta diversidade de coleções é fundamental para que a biblioteca possa atender às demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas escolas, e às necessidades informacionais da comunidade.

Para atividades de linguagem na fase de educação infantil, Campello (2001) cita, como materiais recomendados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, almanaques, anedotas, artefatos gráficos, cartões postais, 'causos' populares, contos, dicionários, enciclopédias, fábulas, fotografias, gibis, globos, histórias em quadrinhos, jornais, lendas, livros de receitas culinárias, mapas, mitos, músicas, palavras cruzadas, plantas de cidades, quadrinhas, relatos históricos, revistas, revistas especializadas, textos informativos, trava-línguas... Ressalta ainda a importância de desvelar para a criança o universo informacional diversificado e disponível atualmente.

Em relação ao trabalho com a linguagem oral - entenda-se como a escuta e a produção de texto – Campello (2001, p. 78) acredita que a biblioteca escolar terá que disponibilizar um acervo audiovisual de gêneros variados visto que “a imagem assume importância fundamental, na medida em que possibilita a observação de detalhes com mais concretude”. Entre estes podemos citar:

CDs com canções, documentários, entrevistas, jingles, músicas e vídeos com danças (clássicas, folclóricas, populares, regionais...), filmes em geral, gravações de peças, programas de TV educativos, reportagens, textos publicitários e anúncios vinculados a televisão ou ao rádio, vídeos vinculados à internet etc.

No aspecto do ensino da matemática e das ciências exatas, a biblioteca pode oferecer recursos típicos desta área, como dados estatísticos, diagramas, gráficos, tabelas, “contribuindo para uma aprendizagem que permita que o aluno analise dados organizados em representações matemáticas diversas.” (CAMPELLO, 2001, p. 81)

Para enriquecer a aprendizagem da comunidade, e auxiliar na aplicação de estratégias não lineares durante o processamento de leitura, a mesma autora (2001) orienta que o acervo da biblioteca também deve disponibilizar diversidades de fontes de referências, tais como atlas, bibliografias, catálogos, dicionários, dicionários bilíngues, dicionários geográficos, enciclopédias, estatutos, declarações de direitos e legislações, fontes biográficas, fontes geográficas, gramáticas, livros com reproduções de obras de arte etc.

Sobre a riqueza do acervo, Campello (2001, p. 78) define que:

Jornais e revistas, livros de literatura e paradidáticos sobre temas relacionados, ficção científica, enciclopédias, folhetos e sites de instituições (museus, postos de saúde, organizações governamentais e não governamentais, empresas de distribuição de água e energia) são recursos informacionais que a biblioteca deve oferecer para evitar a utilização única do livro didático tradicional, com propostas limitadas e não raro equivocadas.

Além disso, garante que a diversidade:

Vai permitir também que as crianças aprendam sobre as próprias fontes de informação no que diz respeito à sua autoria, origem e época em que foram produzidas, percebendo que elas são produto da pesquisa e do trabalho de diversas pessoas. (CAMPELLO, 2001, p. 77)

Portanto, pode-se afirmar que a riqueza do acervo é essencial para o atendimento dos objetivos educacionais da biblioteca escolar, visto que, somente as bibliotecas diversificadas terão recursos suficientes para informar, educar e fornecer lazer aos seus usuários.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a literatura sobre bibliotecas escolares e políticas de desenvolvimento de acervos para propor diretrizes que subsidiem as bibliotecas escolares na criação de políticas dos referidos acervos, que estejam adequadas ao orçamento institucional e as necessidades informacionais dos usuários.

Para tanto, a metodologia adotada é a análise documental. A pesquisa tem natureza exploratória e enfoque qualitativo.

Conforme Clemente (2007), por metodologia entende-se a análise e a descrição minuciosa dos métodos científicos realizados durante o trabalho de pesquisa. E por natureza exploratória, o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que reforcem a compreensão sobre determinado assunto, com o objetivo de esclarecer e desenvolver conceitos.

O enfoque qualitativo, segundo Baptista e Cunha (2007), refere-se à abordagem que se preocupa com as ciências sociais em um nível subjetivo, com o intuito de compreender as manifestações conforme a perspectiva dos indivíduos.

A metodologia utilizada para a elaboração desta monografia é composta por duas partes: revisão de literatura e análise documental.

Para elaboração da revisão de literatura, análise e discussão de informações já publicadas por outros autores, foi realizado levantamento bibliográfico em artigos de periódicos, livros, sites e portais eletrônicos, abrangendo os principais temas do trabalho: biblioteca escolar, política de desenvolvimento de acervos/coleções e acervamento.

A análise documental também se realizou por meio do estudo de artigos de periódicos, livros, sites e portais eletrônicos. Os artigos científicos foram a principal fonte para obtenção de informações sobre biblioteca escolar. Já para o levantamento de informações sobre política de desenvolvimento de coleções, os livros foram mais utilizados.

Preteriu-se a pesquisa de campo em relação à análise de documentos por verificar-se na literatura que a maior parte das bibliotecas escolares não possuem políticas de desenvolvimento de coleções. Durante a seleção dos materiais, analisaram-se critérios como adequação ao tema e prestígio dos

autores. A adequação ao tema foi atestada após minuciosa leitura. E neste momento, as informações mais relevantes foram destacadas.

Após o período de leitura, as informações destacadas foram transcritas em um caderno e divididas em classes temáticas, de acordo com os tópicos apresentados nesta monografia. A maior dificuldade encontrada foi relacionar as idéias de diversos autores sem, contudo, modificar o sentido e o contexto original de cada uma delas.

5 SUGESTÕES PARA O ACERVAMENTO ADEQUADO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Após a análise dos documentos foi possível identificar questões importantes para o desenvolvimento do acervo da biblioteca escolar, a ser tratado nesse capítulo.

A biblioteca escolar deverá atender às demandas de todos os usuários, de forma a torná-la um espaço de apoio agradável e motivador que incentive a sua participação no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, para alcançar este objetivo, a BE precisa observar e estudar aspectos fundamentais, como por exemplo: comunidade a qual está vinculada, estudo dos usuários reais e potenciais, recursos financeiros disponíveis, dentre outras questões administrativas.

A biblioteca também deve estar atenta aos processos técnicos básicos para o bom desenvolvimento de coleções. Precisa saber e definir qual é a função e responsabilidade de cada um destes processos.

Após analisar estes aspectos, a biblioteca deverá traçar diretrizes que a orientem nas suas tomadas de decisões para o crescimento ordenado e planejamento. Isto é, elaborar uma política de desenvolvimento de coleções.

De maneira mais global, a política de desenvolvimento de coleções é formada pela soma de duas partes: uma relacionada ao processamento técnico (seleção, aquisição, avaliação, desbastamento e descarte) e outra relacionada aos processos administrativos da instituição.

5.1 Processos técnicos

5.1.1 Seleção e política de seleção

Seleção conforme Vergueiro (2010, p. 5), é o processo de decisão que os bibliotecários possuem, com o intuito de selecionar “qualquer item cuja incorporação ao conjunto existente contribua para que se aproxime mais dos objetivos estabelecidos para aquele agrupamento de materiais informacionais”.

Ainda segundo o autor (2010, p.12), “todas as bibliotecas iniciam o processo de seleção com considerações abrangentes, que são depois

refinadas e adequadas a cada uma delas em particular”. Isto é, as considerações abrangentes referentes ao assunto, ao usuário, ao próprio documento e ao preço deste, devem ser adequadas à realidade de cada biblioteca ou centro de informação, respeitando-se a individualidade, características e peculiaridades de cada instituição.

A seleção, segundo Weitzel (2006), é um processo de escolha título a título, e depende, muitas vezes, das decisões tomadas pelos bibliotecários responsáveis pela seleção e pela elaboração da política de seleção. Vergueiro (2010), do mesmo modo, proclama que a seleção deve ter um detalhamento minucioso, pois é um processo complexo e que influe diretamente na tomada de decisão das instituições.

O referido autor (2010, p. 12) ainda assegura que os critérios de seleção precisam ter atenção especial para que o acervo da biblioteca possa estar em equilíbrio, pois se os critérios “forem fáceis de ultrapassar, é provável que seja grande o número dos [documentos] que alcançarão o objetivo final”, causando problemas de armazenamento e manutenção futuramente. E da mesma forma, “se os critérios forem rígidos, poucos [documentos] serão bem-sucedidos, o que pode gerar dificuldades de disponibilidade dos materiais” para a comunidade.

Em geral, a seleção dos materiais pode ser elaborada através de formulários e instrumentos auxiliares, que visam proporcionar informações mais confiáveis sobre a comunidade aos bibliotecários. Os formulários são importantes pois permitem que a comunidade dê indicações e sugestões para o acervo. Instrumentos auxiliares (ou fontes de seleção) como catálogos de editoras, diretórios e bibliografias, por sua vez, permitem que os bibliotecários tomem conhecimento de novos materiais publicados, entre outras coisas, que possam ser do interesse da instituição.

Vergueiro (2010) declara que os formulários aproximam os usuários da biblioteca. Mas adverte que para serem eficientes, precisam ser de fácil compreensão e preenchimento. Principalmente em bibliotecas escolares, em que os usuários, em sua maioria, são crianças. Sobre a utilização das fontes de seleção, o autor (2010, p.67) atesta que as:

bibliotecas públicas e escolares em geral recebem maiores benefícios com a utilização de catálogos de editoras, resenhas publicadas em jornais e revistas de circulação geral (como Veja, IstoÉ, Newsweek

etc.), bem como por consultas regulares a sítios de editoras e livrarias na internet.

Atualmente, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a Internet também se transformou num instrumento auxiliar da seleção. Além do acesso à sítios de editoras e livrarias on-line (conforme citado acima, por Vergueiro), a web permite que os bibliotecários tenham acesso a comunidades de leitores, em que são postadas diversas opiniões sobre livros e sugestões de obras.

Após o processo de definição dos materiais que serão selecionados, é formada uma lista com o resultado, denominada *desiderata* (do latim *desideratu*: aquilo que se deseja; aspiração). Outras expressões também utilizadas na seleção são 'demanda reprimida' e 'lista de sugestões'. A demanda reprimida refere-se a livros procurados pelos usuários, mas que a biblioteca não possui. A 'lista de sugestões' refere-se aos livros sugeridos pelos usuários, mas que ainda não passaram pelos critérios de seleção, podendo ser descartados pela irrelevância para a coleção.

A política de seleção é um documento formal no qual os critérios de seleção de uma biblioteca são estabelecidos e, de maneira geral, deve justificar todas as decisões que serão tomadas neste processo. Vergueiro (2010) diz que este documento tem três aspectos essenciais: administrativo, de relações públicas e político.

O administrativo garante que os critérios de seleção tenham continuidade independentemente dos seus elaboradores. De relações públicas por evitar que preferências pessoais influenciem nas decisões e criem tensões com os usuários. Político por auxiliar no gerenciamento das coleções sem causar conflitos.

A política de seleção é essencial, pois embora o processo de seleção pareça simples e alguns bibliotecários até consigam elaborar boas coleções com base em critérios próprios, nem todos os profissionais têm condições de criar critérios de seleção de maneira aleatória. Além disso, mesmo os que possuem esta condição podem um dia se afastar da instituição, deixando outros profissionais sem um direcionamento específico.

Outra função da política de seleção é orientar a decisão dos profissionais em momentos de divergências de opiniões, evitando que

preferências pessoais influenciem no processo. Sobre isto, Vergueiro (2010, p. 70 – 71) afirma que:

As tensões em torno do acervo, embora em geral saudáveis, podem fazer do bibliotecário um refém de interesses divergentes. Sem saber como foi parar no meio disso tudo, pode descobrir que se transformou no árbitro de preferências talvez irreconciliáveis e está mergulhado em diferentes dilemas. Como fazer para negar-se a atender a determinada indicação sem ferir um grupo de usuários com uma representação forte na comunidade? Como atuar no sentido de beneficiar uma parte da comunidade constantemente preterida em suas pretensões? Ou, levando a situação para o lado mais pessoal, como recusar-se as sugestões do usuário x ou y, que sempre foram tão simpáticos com a biblioteca e são tão atenciosos? E, pior ainda, fazer isso sem passar a ideia de estar tomando o partido de um ou de outro, de estar perseguindo alguns, de ser mais simpático a alguém. Um documento de política de seleção bem-estruturado fornece grande apoio nesses momentos.

Em suma, a política de coleções deve identificar os responsáveis pelo processo de seleção e os critérios e instrumentos auxiliares que serão utilizados nesse. Além disso, deve respeitar os interesses da instituição a qual a biblioteca está vinculada.

Em uma biblioteca escolar, em que muitas áreas do conhecimento são abordadas, é fundamental a criação de um colegiado formado por bibliotecários e professores para a criação de uma política de seleção. Desta forma, todas as áreas do conhecimento serão supridas igualmente, e a comunidade de usuários terá condições de suprir as mais diversas necessidades informacionais.

Sobre a constituição de comissões de seleção, Vergueiro (2010, p. 60) declara que:

Em bibliotecas escolares e universitárias, os participantes das comissões costumam ser indicados dentre os membros dos corpos docente e discente. Para se alcançar maior representatividade, muitas vezes procura-se obter a participação de ex-alunos ou membros do corpo técnico. Salienta-se que a participação do bibliotecário nas comissões de seleção é vital para evitar que algumas áreas da coleção se desenvolvam, de modo injustificado, mais do que outras. Alguns pesquisadores ou professores costumam destacar-se, sendo mais atuantes (ou preocupados) do que outros na seleção; cabe ao bibliotecário zelar para que todos os assuntos de interesse da instituição se desenvolvam independentemente de atuações individuais, por meio de mecanismos formais que permitam a participação, ainda que mínima, de todos os interessados.

5.1.2 Aquisição

O estágio posterior à seleção é a aquisição. Nesta etapa, os materiais previamente selecionados serão adquiridos e incorporados à coleção. O processo de aquisição ocorre, normalmente, de três formas: compra, permuta ou doação.

Weitzel (2006, p. 31) recomenda que as instituições tenham uma política própria para a aquisição, que defina “prioridades, orientações para a alocação de recursos, fontes de financiamento, procedimentos para compra, doação e permuta e definição dos instrumentos auxiliares” que serão utilizados no processo de aquisição.

De fato, a elaboração de uma política de aquisição com estas informações básicas é de grande valia, uma vez que este processo, além de exigir conhecimentos específicos da biblioteconomia, exige conhecimento sobre dotações orçamentárias e trâmites burocráticos, visto que lida diretamente com os recursos financeiros das instituições.

O profissional da aquisição deve sempre estar atento aos processos e aos prazos, além de ter competências específicas para lidar bem com os fornecedores e negociar preços e condições de pagamento mais favoráveis. Outro diferencial que o profissional desta área deve ter é criatividade, pois sendo criativo, conseguirá fazer excelentes barganhas (troca, pechincha). O bibliotecário pode, por exemplo:

- Promover feiras de livros na escola. Desta forma, os fornecedores de livros participantes do evento poderiam expor e vender seus materiais para os pais de alunos, professores, servidores, visitantes etc. na própria biblioteca. E em troca, doar alguns exemplares dos itens expostos;
- Negociar com as editoras responsáveis pelos materiais didáticos selecionado pelos professores. Pois, como venderiam muitos itens (tendo em vista que todos os alunos obrigatoriamente teriam que adquirir este material), poderiam ser gentis e ceder brindes para a biblioteca da escola;
- Realizar lançamentos de livros didáticos e paradidáticos e/ou palestras com variados autores na escola, auxiliando-os na

divulgação de suas obras e, portanto, podendo ganhar exemplares do material como recompensa.

Ao adotar medidas semelhantes a estas, a biblioteca escolar poderia realizar grandes melhorias em seu acervo, as quais não seriam possíveis apenas com os recursos financeiros que a BE detem. Além disso, estas iniciativas trariam maior visibilidade para a biblioteca, aproximando-a da comunidade.

Ainda em relação aos recursos financeiros da biblioteca escolar, é importante ressaltar que, nos centros de ensino particulares as verbas da BE são definidas pela direção da escola e repassadas diretamente para a biblioteca. Portanto, o processo de compra é menos burocrático, pois pode ser feito diretamente com os fornecedores, sem licitações, tornando a aquisição de coleções mais rápida. Já nos centros de ensino público as verbas da BE são governamentais e, portanto, o processo de compra é muito mais burocrático e lento.

5.1.3 Avaliação

A avaliação é o processo responsável pelo *feedback* do desenvolvimento de coleções. Segundo Weitzel (2006, p. 37), ela “permite identificar títulos que estão em condições para serem transferidos para locais menos acessíveis, para armazenamento especial para fins de preservação, para reparos, restauração, conservação ou para descarte”.

É uma etapa muito importante, visto que zela não pela quantidade, mas sim pela qualidade do acervo. Portanto, exige uma análise crítica e profunda dos bibliotecários, e deve considerar os objetivos institucionais, além das necessidades da comunidade a que presta serviços.

Entretanto, embora seja inquestionável sua importância para o planejamento e tomada de decisão das bibliotecas, muitas vezes a avaliação é preterida pelos centros de informação.

A avaliação na biblioteca escolar deve ser constante para que esta não fique desatualizada e perca sua qualidade, pois as áreas do conhecimento estão em constante transformação e, a cada dia que passa, novas coisas são descobertas no mundo todo.

Além disso, pelo fato de alguns usuários da BE não terem os cuidados necessários para a boa conservação dos materiais disponíveis (folhas são rasgadas, riscadas, imagens recortadas,...), os profissionais da aquisição devem sempre estar atentos à conservação do acervo, levando os livros danificados para uma possível restauração, ou nos piores casos, retirando-os de circulação.

5.1.4 Desbastamento e descarte

Desbastamento é o procedimento de retirada provisória ou permanente de um acervo com o objetivo de tornar uma coleção harmônica e adequada às necessidades da comunidade de usuários. Pode ocorrer de três formas: descarte, remanejamento e conservação.

O descarte ocorre quando se dá baixa do material definitivamente. O remanejamento ocorre de maneira temporária, quando retiramos o material do acervo geral e o transferimos para outro lugar menos acessível. A conservação ocorre normalmente com materiais raros ou de grande valor, que são retirados de circulação para que possam ser preservados integralmente.

Weitzel (2006, p. 37) afirma que o desbastamento ou descarte auxilia a biblioteca na renovação dos “espaços para armazenamento” e contribui “para melhorar o acesso dos usuários ao material”. Isto porque na prática, ao retirarmos os itens obsoletos da coleção, instantaneamente liberamos espaços nas prateleiras. E com menos itens nas estantes para desviar a atenção ou confundir, os usuários terão maior facilidade para encontrar o que procuram.

As bibliotecas escolares, em sua maioria, sofrem com a escassez do espaço e com o excesso de materiais desnecessários. O pouco espaço se deve ao mau planejamento das escolas, que na muitas vezes aloca as bibliotecas em salas de aula desativadas.

Os acervos desnecessários devem-se principalmente a incorporação de doações no acervo sem um processo de seleção prévio, e também a falta de avaliação constante da coleção, para a verificação da qualidade dos materiais disponíveis.

É natural que, com o passar do tempo, alguns materiais de alta qualidade tornem-se obsoletos e desatualizados e, portanto percam seu valor original, podendo ser descartados da coleção após prévia avaliação e constatação de que já não estão de acordo com a política de seleção estabelecida pela biblioteca.

Desta maneira, é correto dizer que o desbastamento e o descarte são ferramentas que auxiliam a biblioteca escolar a otimizar sua coleção e a economizar o espaço despendido para o armazenamento do acervo.

E com mais espaço disponível, a BE terá a possibilidade de melhorar sua infraestrutura e seus serviços, fornecendo lugares para atividades orientadas (hora do conto, debate sobre livros...), disponibilizando espaços para cabines de estudo individuais, mesas para estudo em grupo, salas com coleções especiais (gibiteca, hemeroteca...) etc.

5.2 Processos administrativos

5.2.1 Identificação da missão e objetivos da biblioteca escolar

Porto (2008) define missão como a razão de existência de uma organização. Maximiano (2004, p. 165) afirma que a “missão estabelece o propósito ou a razão de ser da organização”. Maroueli (2008), por sua vez, sustenta a ideia de que a missão pode ser entendida como a função social, o papel que a empresa terá perante a sociedade.

Destarte, pode-se assegurar que toda missão dever nortear os objetivos financeiros, humanos e sociais da organização. Por isso, a biblioteca escolar deve entender as necessidades da comunidade a que serve para que possa identificar quais valores agregar aos seus usuários através da prestação de serviços e/ou do fornecimento de recursos informacionais.

Objetivos, segundo Maximiano (2004, p. 145), “são os resultados desejados, que orientam o intelecto e a ação. São os fins, propósitos, intenções ou estados futuros que as pessoas e as organizações pretendem alcançar, por meio da aplicação de esforços e recursos”. Sobre a importância dos objetivos

para a administração, o autor enfatiza que eles “são a parte mais importante dos planos”.

Logo, a identificação da missão e dos objetivos da biblioteca é primordial, visto que ambos “guiarão as ações da organização como um todo, bem como de cada membro em particular, fazendo com que haja uma convergência de metas e um direcionamento mais eficaz da força de trabalho e dos investimentos” (MAROUELI, 2008).

Com o intuito de prover orientações referentes à concepção de missões, Porto (2008) “considera que a mesma deva abranger: 1) o propósito básico da organização (foco no cliente externo [usuário]); e 2) os valores que a organização pretende agregar a elementos que com ela interagem”.

Conforme o manifesto elaborado pela International Federation of Library Associations – IFLA (1999, p. 1), a missão da biblioteca escolar é promover “serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios”. O manifesto (1999, p.2) ainda enfatiza que “os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional e social”.

Quanto aos objetivos da biblioteca escolar, o Programa Mobilizador (2009, p. 9) alega que são:

- Auxiliar na criação e manutenção de um ambiente rico, variado, dinâmico que estimule as inovações no processo educacional e permita aplicar as conquistas no plano do ensino de modo amplo;
- Contribuir para o desenvolvimento de um currículo ativo, flexível e dinâmico, baseado na aprendizagem;
- Apoiar a seleção e produção de materiais educativos apropriados aos objetivos do programa de estudo;
- Orientar professores e alunos no uso dos recursos educativos disponíveis;
- Contribuir de forma contínua para a avaliação e análise de programas e materiais educativos.

5.2.2 Análise da instituição mantenedora

Bibliotecas são organizações mantidas por instituições que visam disseminar conhecimento. Estas instituições mantenedoras podem ser de

diversos tipos: governamentais, fundacionais, empresariais, educacionais etc. As bibliotecas escolares, especificamente, são mantidas por instituições educacionais, isto é, escolas e centros de ensino.

É primordial que as bibliotecas conheçam bem suas instituições mantenedoras, pois só assim poderão se adequar aos interesses daquela, cumprir sua função organizacional e ter visibilidade dentro da organização como um todo.

Isto porque, como diversos tipos de instituições mantém bibliotecas, pode-se encontrar características que variem de acordo com o tipo de organização e que, portanto, mereçam tratamentos diferenciados, como por exemplo: objetivos institucionais, necessidades informacionais, comunidade a qual está inserida, usuários, entre outras.

5.2.3 Estudo da comunidade e dos usuários

Kotler e Keller (2006) afirmam que os produtos e serviços de uma empresa devem corresponder ao perfil dos clientes que visam atender. Portanto, é de suma importância a elaboração de pesquisas e estudos que tracem o perfil da comunidade a qual serão inseridos, e o perfil do público que pretendem atingir, para que possam adequar seus produtos e serviços aos seus clientes.

De semelhante modo, para alcançar plenamente seus objetivos, toda e qualquer biblioteca necessita estudar sua comunidade e conhecer bem seus usuários, pois somente deste modo estará apta a prestar os serviços de informação desejados e suprir as necessidades informacionais dos usuários.

Ao abordar a importância do estudo da comunidade para a elaboração da política de desenvolvimento de coleções, Figueiredo (1994) *apud* Weitzel (2006, p.21) afirma que ele “é uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos interrelacionados de um grupo selecionado”.

As comunidades das bibliotecas escolares são compostas, basicamente, por grupos de alunos, discentes, prestadores de serviços (secretários, faxineiros, merendeiros, vigias...) e pais de alunos. No entanto, estas

comunidades são distintas entre si, pois estão vinculadas a escolas independentes e com diferentes características.

Por exemplo: a comunidade de um colégio particular em sua maioria pertencerá a classe economicamente mais favorecida, terá um grau maior de instrução, mais chance de fazer cursos de línguas, de viajar e conhecer culturas diferentes etc. Já a comunidade de um colégio público provavelmente pertencerá a classe menos favorecida economicamente, e por consequência, não terá as mesmas oportunidades.

Deste modo, estas diferenças entre os usuários afetarão diretamente as necessidades de cada biblioteca, fazendo com que as demandas sejam diferentes em cada local, o que justifica a importância do estudo da comunidade nos processos administrativos da biblioteca escolar. Afinal, com disse Ranganathan (2009, p. 50), “para cada pessoa o seu livro”.

5.2.4 Traçar o perfil da coleção

O coração de uma biblioteca, sem dúvidas nenhuma, é a coleção que esta dispõe. Através da coleção disponibilizada, as informações são disseminadas. Portanto, é fundamental que cada biblioteca trace o perfil de sua coleção de acordo com suas necessidades e objetivos, para que possa estar adequada à instituição mantenedora, à comunidade a que serve e aos seus usuários.

Outro fator que deve ser analisado para a definição do perfil da coleção é o papel da biblioteca escolar dentro da escola. Além de ser um espaço de incentivo a leitura e voltado para a aprendizagem crítica e formação de cidadãos, esta também deve ser centro de recursos pedagógicos. Portanto, ao traçar o perfil do acervo da BE (coleções de referência, de lastro, corrente, especiais, didática, a hemeroteca e os multimeios), os profissionais da informação devem recordar-se da função pedagógica que os materiais necessitam ter.

Devido a função educativa da escola, é primordialmente que a biblioteca escolar possua materiais que dinamizem o plano pedagógico elaborado pelos

professores, como por exemplo: filmes e documentários, fotografias, recortes de jornais e revistas, livros com experiências, mapas, réplica de esqueleto, etc.

Neste contexto, Barreto (2008, p 3) ressalta que os usuários das bibliotecas escolares devem “ter acesso não apenas a livros didáticos (de qualidade), mas também (e principalmente) a obras literárias clássicas (originais e/ou adaptadas) bem como a obras atuais”. Como exemplo de materiais que “devem fazer parte do acervo da biblioteca escolar”, a autora cita “revistas, jornais e histórias em quadrinhos”.

Quinhões (2000, p. 3), do mesmo modo, afirma que a biblioteca escolar “deve oferecer um acervo de ensino e lazer diversificado, organizado e acessível aos alunos e professores, ajustados às aspirações do momento, a fim de atrair usuários, tanto para a leitura, quanto para a Biblioteca”.

As bibliotecas de escolas de ensino primário devem ter cuidados extras ao traçar o perfil de sua coleção, pois além dos acervos ‘típicos’, é essencial que possuam brinquedoteca e materiais para atividades de recreação mediadas (hora do conto, fantoches, painel com a exposição dos desenhos feitos...), uma vez que as crianças reforçam seu aprendizado e estimulam a criatividade e a imaginação através das brincadeiras.

Assim, para que o conteúdo dos acervos seja adequado à comunidade, é essencial que os bibliotecários conheçam as características e preferências de seus usuários. No entanto, Vergueiro (2010, p. 14) ressalta que algumas medidas devem ser tomadas, como por exemplo ter “cuidado para não confundir os interesses de alguns com os interesses de todos” visando definir medidas que possibilitem “a avaliação global dos usuários” e que impeçam “o aparecimento de favoritismo”

5.2.5 Análise dos recursos disponíveis

O bom funcionamento de toda e qualquer instituição está diretamente relacionado aos recursos que esta mantém; sejam financeiros e materiais, humanos, tecnológicos ou até mesmo de espaço físico. Portanto, é fundamental que cada item seja minuciosamente analisado antes da

elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções, para que não haja perigo de existir, no documento formal, propostas inviáveis e em desacordo com a realidade da referida biblioteca escolar.

Financeiros e materiais:

Nenhuma instituição funciona sem dinheiro. Tampouco as bibliotecas. É preciso ter verbas para as despesas de manutenção (água, energia, limpeza...), para adquirir novos livros, comprar os materiais necessários para o funcionamento das atividades operacionais (caneta, lápis, papel, etiquetas, computador...), manter os sistemas operacionais, as assinaturas de periódicos e as redes de cooperação, entre outras coisas.

Pode-se assegurar, também, que a falta de recursos financeiros é responsável por grande parte das exclusões de documentos durante o processo de seleção, interferindo diretamente no desenvolvimento do acervo.

Neste sentido, Vergueiro (2010, p. 15) ratifica que “sabendo-se que os recursos disponíveis para a aquisição” são esgotáveis e raramente suficientes “torna-se imprescindível definir quanto a biblioteca pode comprometer-se em relação ao preço do material”, e que, para manter a qualidade do acervo disponibilizado, devem sempre estar atentas ao custo-benefício de cada documento, avaliando a importância de cada aquisição individualmente.

Necessita-se enfatizar que, antes de elaborar uma política de desenvolvimento de coleções, cada biblioteca deve saber exatamente qual o valor que disporá para o desenvolvimento de sua coleção, para que possa verificar as melhores opções e investir seus recursos da maneira mais benéfica para a instituição.

Humanos:

Não existe organização que funcione sem recursos humanos, por mais tecnológica e moderna que esta seja. Maximiano (2004, p. 27), inclusive, alega que “as pessoas são o principal recurso das organizações”.

Nenhuma biblioteca existiria se não houvesse pessoas que realizassem os trabalhos de gerenciamento, os processamentos técnicos, as pesquisas, os empréstimos, entre outras coisas. É por isso que a qualidade dos serviços

prestados pelas bibliotecas é prejudicada quando o número de profissionais disponíveis é insuficiente para suprir as demandas da instituição.

No entanto, outro fator que pode prejudicar os serviços prestados pela biblioteca é falta de preparo dos trabalhadores. Não basta contratar pessoas sem qualificação. Do mesmo jeito que é preciso ser médico para transcrever receitas de medicamentos, é preciso ser bibliotecário para gerenciar uma biblioteca, pois somente um profissional da informação terá a qualificação e os conhecimentos específicos para o exercício desta função.

Quanto à influência do profissional da informação no processo de desenvolvimento de acervos, Vergueiro (2010, p. 57) ressalta a importância do profissionalismo e dedicação do bibliotecário, e alega que “é inaceitável que um item ingresse na coleção por descaso, falta de tempo ou ineficiência dos responsáveis por sua manutenção e desenvolvimento”.

Espaço físico:

O espaço é uma questão crucial para as bibliotecas, pois como previu Ranganathan (2009, p. 241) em sua quinta lei, “a biblioteca é um organismo em crescimento”. Principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de suas coleções, visto que a cada dia novos lançamentos surgem, e a biblioteca sempre precisa estar atualizada.

Algumas bibliotecas escolares sofrem, ainda, com a falta de espaço físico adequado ao funcionamento de seus serviços. Normalmente lotadas em salas de aulas desativadas, estes locais acabam não tendo a estrutura mínima necessária para o funcionamento das atividades técnicas e administrativas, e tampouco para o armazenamento dos materiais e acomodação dos usuários.

Pretendendo estar em sintonia com o seu crescimento e evitar problemas maiores devido à falta de espaço, as bibliotecas precisam planejar suas ações para que o seu crescimento ocorra de forma organizada. Uma medida adotada em muitos centros de informação é o “crescimento zero”, em que para cada novo livro inserido no acervo, um antigo deve sair.

Outras medidas também podem ser adotadas, mas para isto é preciso que os bibliotecários estudem a melhor alternativa para cada instituição, e que estas medidas estejam claras no documento oficial da política da biblioteca.

Ainda sobre o assunto, Ranganathan (2009, p. 248) afirma que “para dar aos edifícios, aos equipamentos e ao mobiliário da biblioteca o caráter de flexibilidade necessária para evitar que impeçam o livre desenvolvimento do serviço da biblioteca [e das coleções] em plena conformidade com a Quinta Lei” é preciso estar atento aos “novos princípios de arquitetura”, visto que estes podem trazer algumas soluções para a problemática da escassez de espaço.

Tecnológicos:

A cada dia que passa, a biblioteca fica mais próxima das tecnologias da informação e comunicação (TIC): as fichas catalográficas dão lugar às bases de dados, o empréstimo manual é substituído pelo empréstimo digital, as estatísticas são realizadas automaticamente pelos sistemas operacionais.

Além disso, as bibliotecas deixaram de ser locais isolados e passaram a funcionar em rede, trocando informações cooperativamente, realizando empréstimos de livros entre si, fazendo convênios conjuntos de assinaturas de revistas e/ou portais de periódicos, entre outras coisas, conseguindo desta forma, enriquecer e desenvolver sua coleção.

No entanto, para que possa usufruir destes benefícios, é obrigatório que as bibliotecas tenham os recursos tecnológicos necessários, como por exemplo: computador, software, sistema operacional, acesso a Internet etc. Adicionalmente, é necessário esclarecer que, embora a disponibilidade de documentos possa ser substituída pela acessibilidade em rede, de nada adiantará se os usuários não puderem ter as ferramentas necessárias para a aquisição destas informações, e que, portanto, a biblioteca deverá disponibilizar estas ferramentas.

6 CONCLUSÃO

Através da análise realizada, pode-se constatar a importância da biblioteca escolar no processo de aprendizagem e na formação de indivíduos críticos, influenciando diretamente no desenvolvimento da comunidade. No entanto, constatou-se que para a biblioteca escolar exercer sua função social, cultural e educativa efetivamente, precisa elaborar uma política que discorra sobre o desenvolvimento de sua coleção.

A política de desenvolvimento de coleções determinará a conduta que os profissionais da informação deverão adotar e discorrer detalhadamente sobre cada etapa do processo de desenvolvimento do acervo. Verificou-se que aspectos técnicos e administrativos da biblioteca escolar devem ser analisados anteriormente a elaboração do documento formal com a política.

Determinou-se que os aspectos técnicos e administrativos que influenciarão na elaboração da política de desenvolvimento de coleções e que, portanto, devem ser analisados, são: seleção e política de seleção, aquisição, avaliação, debastamento e descarte, missão e objetivos da biblioteca escolar, características da instituição que mantém a biblioteca, estudo da comunidade e dos usuários da biblioteca, perfil da coleção e recursos disponíveis.

Por fim, concluiu-se que a elaboração da política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares aumentará a qualidade dos acervos, a eficiência na disseminação do conhecimento e o pleno suprimento das necessidades informacionais dos usuários.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca: análise do discurso do presidente Lula. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 229-242, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/7202/6649>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

ANTUNES, Celso. **Biblioteca escolar: a vinda do livro ao Brasil colonial**. [200-?] Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/celso_bd.asp?codtexto=530>. Acesso em: 03 maio 2011.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudos de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BARRETO, Cintia. Biblioteca escolar: ranços e avanços. In: ENCONTRO REGIONAL DE BIBLIOTECAS, 1., 2008, Araruama - RJ. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0190.html>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

BÍBLIA. Provérbios. Português. Bíblia sagrada. Nova Versão Internacional. São Paulo: Ed. Vida, 2001. Cap. 2, vers. 1-11.

BRASIL. Lei n. 12244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=261310&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 14 set. 2010.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O bibliotecário e a pesquisa escolar. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 16, n. 93, p. 24-29, maio/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.presencapedagogica.com.br/capa6/artigos/93.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos; et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://tiagobibliotecario.files.wordpress.com/2010/11/a-colec3a7c3a3o-da-biblioteca-escolar.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Ci. Inf.**,

Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003. Disponível em:
<<http://dici.ibict.br/archive/00000396/>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA).

Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar: edição em língua portuguesa. São Paulo, 1999. Disponível:
<<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

KLAES, Rejane Raffo. Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções. *Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 220-228, jul./dez. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1270> >. Acesso em: 05 abr. 2011.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750 p.

KUHLTHAU, Carol C. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução e adaptação de Bernadete Santos Campello et al. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 304 p.

MAROUELI, Carlos Alberto. **Missão e visão**. 2008. Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/missao-e-visao/21589/>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia; CÂMARA, Montserrat Urpí; VILLAS Boas, Maria de Lourdes Fernandes. Estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções no Sistema de Bibliotecas da Unicamp. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. [Trabalhos apresentados...]. Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=1110>>. Acesso em: 15 abr. 2011

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 6. Ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2004.434 p.

MIRANDA, Antonio. Diretrizes para o acervamento contínuo da biblioteca nacional de Brasília. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CBBBD), 22., 2007. Brasília, **Apresentação em Power Point...** Brasília: [s. n.], 2007. p. 1-23. Acessível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/diretrizes_acervamento.html>. Acesso em: 25 fev. 2011.

MIRANDA, Antonio. **Ter ou não ter, eis a questão:** algumas reflexões em torno da disponibilidade e acessibilidade documentária: palestra no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. São José dos Campos, SP: [s. n.], 2005. Disponível em:
<http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/art_terounaoter.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

MORO, Eliane L. da Silva. **O papel da biblioteca no sistema educacional**. [200-?]. 4 p. Disponível em:

<http://www.echos.ufrgs.br/bibliotec/conteudos/T_papel_biblioteca_sitescolar.htm>. Acesso em: 01 mar. 2011.

MOTA, Janaína Paula Ferreira. **Biblioteca escolar: o desafio de ensinar a pensar criticamente – um estudo de caso.** 2011. 74 f. Monografia (Grau de Bacharel em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação (FCI), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MUNDO VESTIBULAR. **Importância da história: um novo conceito.** 2007. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/29/1/IMPORTANCIA-DA-HISTORIA/Paacutegina1.html>>. Acesso em 17 maio 2011.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. **Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) - uma avaliação diagnóstica.** 2006. Disponível em : <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3093--Int.pdf>>. Acesso em : 18 fev. 2011.

PORTO, Marcelo Antoniazzi. **Missão e Visão organizacional: orientação para a sua concepção.** 2008. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP1997_T4105.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2011.

PROGRAMA mobilizador: biblioteca escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomias, Conselhos Regionais de Biblioteconomia, 2009. 34 p.

QUINHÕES, Maura Esandola Tavares. Biblioteca escolar, ação pedagógica e leitura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 24-30 set., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEBAB; PUC/RS, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000787/01/T136.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Biblioteca. **Política de Desenvolvimento de coleções.** Disponível em: <http://www.upf.br/biblio/index2.php?option=com_content&task=view&id=126&Itemid=142>. Acesso em: 16 fev. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1208/849>>. Acesso em: 30 mar. 2011

VERGUEIRO, Waldomiro . **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas.** 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.76 p.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, Pollyana da Silva. **Biblioteca escolar no Brasil: um estudo sobre vários aspectos**. 2009. 122 p. Monografia (Grau de Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Ciência da Informação e Documentação (FACE), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BIBLIOTECA escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: GEBE, Sistema CFB/CRBs, 2010. 36 p. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/MIOLO.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/4d078acf4b397b3f83256e86004d9d55/eaa42efb23d61cc0032576700061a280/\\$FILE/TeseBernadeteSantosCampello.pdf](http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/4d078acf4b397b3f83256e86004d9d55/eaa42efb23d61cc0032576700061a280/$FILE/TeseBernadeteSantosCampello.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos; et al. Literatura sobre biblioteca escolar: características de citações de teses e dissertações brasileiras. **Transinformação**, Campinas, 19 (3): p. 227-236, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/946>>. Acesso em: 11 fev. 2011

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos. **Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: alguns conceitos básicos**. 2007. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316/>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

CONCEITOS sobre biblioteca escolar. Disponível em: <http://www.echos.ufrgs.br/bibliotec/conteudos/T_conceito_bibliotecas.htm>. Acesso em: 01 mar. 2011.

GUIA DO ESTUDANTE. **Brasil terá que construir 25 bibliotecas por dia para cumprir nova lei**. [S. l.]: Abril.com, 2010. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/brasil-tera-construir-25-bibliotecas-dia-cumprir-nova-lei-566114.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

GUIA DO ESTUDANTE. **Brasil vai precisar de pelo menos 178 mil bibliotecários até 2020**. [S. l.]: Abril.com, 2010. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular/noticias/brasil-vai-precisar-pelo-menos-178-mil-bibliotecarios-2020-566130.shtml>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

KUHLTHAU, Carol C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Víctor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associações dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

MIRANDA, José Luís Carneiro de; GUSMÃO, Heloísa Rios. **Os caminhos do trabalho científico: orientações para não perder o rumo**. Brasília: Bricquet de Lemos, 2003. 96 p.

APÊNDICE

Entrevista concedida por Antonio Lisboa Carvalho de Miranda, professor da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, em 05 de maio de 2011.

Questionamentos:

- Qual a definição do termo 'política de desenvolvimento de coleções' para o senhor?
- Quando começaram, no Brasil, discussões referentes à política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas?
- Qual o papel da política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas?
- Acredita que a política de desenvolvimento de coleções seja necessária à biblioteca escolar? Por quê?
- O neologismo *acervamento* substitui ou complementa o termo 'política de desenvolvimento de coleções'? Qual a diferença dos dois? Será que a política de desenvolvimento de coleções é algo mais pontual e *acervamento* algo constante?

Entrevista:

O desenvolvimento de bibliotecas principalmente nos países anglo-saxônicos deixa de ser uma questão estritamente técnica para ser uma questão de administração. Aliás, o nome biblioteconomia vem desta idéia de ser uma disciplina social ligada à questão da administração científica.

Desde o século 19 aparecem muitos teóricos rogando pela idéia de que as bibliotecas devem ser geridas e organizadas a partir de princípios científicos de administração do conhecimento. E certamente é naquele momento o que pareceu de mais urgente foi a questão do conteúdo.

A biblioteca é uma instituição-meio, instituição social que presta serviços às comunidades, e certamente o acervo é a matéria-prima com que ela se organiza para prestar serviços para a comunidade, e certamente não é qualquer acervo. Precisa de uma política que defina as necessidades dos usuários, estabeleça as estratégias das prestações de serviços a estas comunidades. Então está muito ligada a questão do estudo de usuários

paralela à aquisição. Eu, ultimamente, prefiro a palavra acervamento, mas eu falo disso depois.

No Brasil, a questão do estudo do desenvolvimento de coleção começou com a professora Nice Figueiredo. Ela foi a pioneira, e publicou textos sobre isso. Existe um livro dela sobre este tema, porque nós estávamos ainda sem esta abordagem. Isso porque as bibliotecas brasileiras em sua maioria, principalmente as universitárias e as públicas, são de governo. E não havia no governo esta consciência. Eles achavam que bastava ter um espaço, chamar um profissional e seguir as regras internacionais de acordo com o a teoria.

Partindo destas premissas que são universais, são diretrizes que a UNESCO formula e que as associações profissionais colocam como *Vade Mecum*, isto é, elementos que devem ser seguidos pelos profissionais, mas cada instituição é diferente de outra. Cada biblioteca precisa ter a política formulada em cima da missão da sua instituição e para atender as demandas específicas de sua comunidade. Isso só se estabelece através da definição de políticas próprias, tomando como base as diretrizes profissionais que são específicas, tanto da área biblioteconômica, quanto da instituição a que ela serve. Uma instituição de ensino precisa ter um foco, se for uma instituição de pesquisa outro foco. E assim por diante. Cada instituição orienta as políticas.

Há que entender que biblioteca é um serviço meio, ou seja, ela está sempre ligada à outra instituição a quem ela presta serviços. No caso da biblioteca universitária, uma universidade, numa biblioteca escolar uma escola, se é uma empresa, a essa empresa. De maneira que, a biblioteca é um serviço específico. Embora a gente queira entender que essa é uma ciência, que tem regras próprias e que está para o ensino de questões muito particulares, a biblioteca é um serviço social, uma prestação de serviços à população.

Nos últimos anos esta questão vem mudando. Antes, acreditava-se que as bibliotecas eram auto-suficientes e que eram capazes de atender seus usuários com seus próprios acervos. O acervo era o coração da prestação de serviços. Já não é mais.

Acreditava-se que todo e qualquer livro em algum momento seria útil para alguém. Essa é uma atitude ingênua que não se sustenta mais. A biblioteca precisa selecionar com custo e benefício, tem que selecionar com foco no seu cliente, no seu usuário, tem que ter um orçamento compatível com

esta vocação, porque todo serviço tem um custo e precisa ter impacto e resultado. Então isso, mais uma vez, só se chega através de uma política.

Quero chamar a atenção para outro aspecto que é o seguinte: as bibliotecas acreditaram muitos anos, e até chegaram a formular uma lei para isso, de que qualquer biblioteca, independentemente de lugar ou condição, no caso eles estudaram apenas as universitárias, elas eram capazes de atender 80% da demanda dos seus usuários com 20% do seu acervo.

Isso não era uma lei, mas durante muito tempo repetia-se isso porque se originou de estudos estatísticos nos Estados Unidos. O V. que era um bibliotecário de origem grega nos Estados Unidos, o próprio Lancaster, todos os paraninfos da biblioteconomia e da ciência da informação preconizaram este princípio como uma lei, e chegaram a provar isto estatisticamente nos Estados Unidos e até no Brasil. A PUC do Rio de Janeiro chegou a fazer um estudo na biblioteca e demonstraram que efetivamente assim se dá.

O quê que criva isso? Criava o seguinte: que se você for capaz de criar uma *'core-coleção'*, a coleção que seria o núcleo da coleção, você atingiria com baixos custos um atendimento exponencialmente elevado de 80% da demanda. E ficariam 20% não atendidos, que a biblioteca teria que se valer de redes e sistemas de informação. Parecia muito simples. Investiria-se na política e aquisição de um acervo que seria o *'core'*, o coração do acervo, com custo relativamente baixo e alto desempenho. Então o custo benefício seria excelente: gasto pouco e tenho muitos usuários.

E, certamente, isto estava acoplado aos estudos de usuários. Se eu fizer um levantamento prévio de demanda, crio uma oferta na minha política compatível com essa vocação. Então, as bibliotecas universitárias criaram comitês de usuários, chamaram professores das diversas áreas do conhecimento para assessorar, foram às bibliografias dos cursos que estavam sendo oferecidos, enfim, tentando acertar na mosca, tentando concluir demandas com ofertas.

Não é tão simples assim. Na prática os livros vão surgindo o tempo todo, outras fontes de informação competem com o livro, a hemerografia nas universidades passou a ter mais força do que a própria literatura monográfica, e assim por diante. Até que vem o impacto das novas tecnologias. Então ela virou de cabeça, porque aquilo que era complementar passa a ser o centro do

processo. 20% eram atribuídos a consórcios, a redes, a associações entre bibliotecários. Os bibliotecários inventaram um protótipo de empréstimo interbibliotecários, que nos Estados Unidos e na Europa funcionam muito bem. As pessoas participam de catálogos coletivos, então o usuário é atendido pela rede complementarmente às necessidades que a biblioteca não pode atender.

No Brasil, criamos o COMUT, já que o empréstimo interbibliotecários nunca deu certo. O Brasil tem um ótimo serviço de Correios, mas é muito caro. E a questão proprietária do livro no Brasil é complicada para fazer empréstimo, as pessoas não têm acervos em quantidade e qualidade suficientes para poder fazer empréstimos por Correios, e não confia que isto vai funcionar a contento. Então, há preconceito quanto a esse uso, de forma que o empréstimo interbibliotecário no Brasil sempre foi residual e nunca teve a força que tem em outros países.

A comutação bibliográfica, sim, funcionou na parte hemerográfica dos periódicos. E hoje, o que ocupa este espaço é efetivamente a web através da internet. As pessoas fazem relações diretas nas bibliotecas com outras, ou os usuários, independentemente, vão aos repositórios, as páginas dos autores, à instituições que disponibilizam esta informação, e independente da biblioteca, estão fazendo isto.

Algumas bibliotecas até criam portais, que são portais estritamente de links, orientando os usuários a irem a estas fontes e tirarem bom proveito na complementariedade das suas buscas de informação. Hoje, a política de desenvolvimento de acervos é muito complexa, porque temos menos recursos para a aquisição do que tínhamos antes e uma demanda mais desenvolvida do ponto de vista de necessidade, de exigência do que tínhamos antes.

Nós estamos num processo científico que obriga as pessoas a produzirem, e a produção exige revisão bibliográfica, e a revisão bibliográfica exige acervos. Então dificilmente as bibliotecas hoje podem formular políticas de desenvolvimento de acervos baseados no acervamento próprio.

Ela tem que dialéticamente trabalhar com a constituição de um acervo mínimo, que é o caso da chamada '*core-collection*', voltada especificamente para atender demandas específicas das suas comunidades, e encontrar mecanismos de intercâmbio, seja através da biblioteca feita diretamente pelos usuários, aí porque crescem muito as lan-houses dentro das bibliotecas, as

seções com computadores para os usuários fazerem pesquisas na internet para poder chegar a esta situação.

Então hoje, política de desenvolvimento de coleções está nesta crise. E toda crise é boa, é um desafio e as pessoas vão trabalhar. Aqui na Biblioteca Nacional nós enfrentamos isto. Nós definimos uma política e apostamos no conceito de uma biblioteca híbrida. Então hoje as bibliotecas deixam de ser um prédio, para ser na verdade a entrada de um sistema, a porta de acesso a um conjunto de documentos que estão em escala planetária.

Aqueles 80% e 20% estariam, embora não tenhamos estatísticas para comprovar, invertidos. 80% é o que se busca fora e 20% é aquele mínimo que se deve oferecer para os usuários. Isso não está estabelecido, você pode anunciar que é uma interrogação. Vamos refazer esta lei, que não era lei, era apenas um comportamento estatístico e histórico daquela cultura biblioteconômica determinada? Agora estaria se dando o contrário. Provavelmente nós vamos chegar a um momento em que as bibliotecas vão oferecer 80% através das redes e o mínimo através do seu próprio acervo.

O desafio é maior é definir claramente o que é política de acervamento. É bem complexo! O que é essencial sabendo que a informação é, hoje em dia, também um insumo que entra num processo de obsolescência muito rápido. As bibliotecas achavam que os livros têm uma durabilidade maior do que tem hoje, que as outras fontes de informação, vídeos, DVD, documentos de bibliotecas virtuais etc., entram em um processo de obsolescência muito rapidamente. Numas áreas mais rápido do que nas outras, obviamente.

A área da informática é crítica, enquanto que na filosofia pode ser que tenham uma duração mais longa. Mas todas as literaturas que passam pela biblioteca estão sujeitas a este *tsunami* que é a questão da obsolescência rápida dos materiais. Então isto leva a crer que muitas bibliotecas nem querem mais materializar esses acervos. Isto é um desafio extraordinário que vai mudar por completo o conceito de filosofia e de políticas de acervamento.

Uso a palavra acervamento por uma razão muito simples: políticas de desenvolvimento de acervos, ou o desenvolvimento de acervos é mais burocrático do que seria o termo acervamento. Porque 'mento' quer dizer inteligente, a lógica, um processo mental. Isto significa que o bibliotecário

responsável pela coleção deve ser um criador. Ele não é um burocrata. Ele é uma pessoa que assina o processo numa criação permanente de um acervo.

Tanto assim que se você for a outros países vai perceber que o pessoal que trabalha com o desenvolvimento de acervos só trabalha com isso, que são especializados nisso. Se você chega a uma universidade como a UCLA, Universidade de Los Angeles, ou outras, você vai ter um setor de desenvolvimento de acervos, você vai encontrar especialistas em pequenas áreas: um se encarrega da literatura hispano-americana, o outro estuda a área das ciências biológicas e da medicina... Porque em uma grande universidade os temas são muitos variados, e você vai precisar de bibliotecários dedicados por completo a estudar as suas comunidades e o mercado editorial.

Tanto assim que eles vão a congressos das áreas para saber quem são as figuras líderes, os autores mais notáveis, eles acompanham estudos bibliométricos para saber quem são os mais citados, eles querem saber quais são os temas que estão em evidência, quais são as editoras que estão oferecendo as literaturas mais atualizadas e de maior respeitabilidade acadêmica dentro das suas áreas do conhecimento, para poder formular políticas orientadas no processo de aquisição, porque uma coisa é seleção e outra aquisição.

Elas são interligadas, você tem que saber o que você adquire pensando na qualidade, na atualidade, na permanência mínima destes materiais nos acervos. Então, acho que acervamento leva dentro da política esta idéia de um processo, uma metodologia científica de desenvolvimento de acervo. O acervamento dá mais idéia de continuidade, de permanente. Lógico que uma política deve ter isso, a política tem até que estabelecer *feedback*, avaliação, resultados etc. Tudo isso ao mesmo tempo.

As bibliotecas, as públicas, adquirem um período do ano para fazer isso, elas têm os períodos do ano em que elas vão aos seus terceiros saber como se renova o acervo de atendimento às suas comunidades e o resto do tempo fica dependente de doações, que muitas vezes são desejáveis, mas na maioria dos casos, indesejáveis porque entulham mais do que desenvolvem acervos nas bibliotecas.

Efetivamente este neologismo traz à pauta esta idéia de ser uma política permanente, de acervamento constante, que você tem que estar o tempo todo

revendo e refazendo. Efetivamente, é isto que acontece. E às vezes acervamento não é necessariamente formar coleções físicas. Porque antigamente a gente achava que o processo final de uma política de desenvolvimento de acervos era ter coleções físicas nas próprias bibliotecas.

Agora nós já estamos imaginando que esta política não é só para oferecer 'in natura' coleções físicas. É para oferecer uma estratégia de acesso ao conhecimento de acesso aos documentos na, ou fora da biblioteca. Então o que está precisando é atendimento das demandas dos usuários para atender estas políticas institucionais que são além da biblioteca, das suas instituições a que elas prestam seus serviços com, ou através de recursos de redes, de recursos de consórcios, através de coligação com outras bibliotecas no atendimento dos serviços.

Efetivamente, este é o desafio de hoje: que acervamento não conclui estritamente em ter acervos físicos nas bibliotecas. É um desafio enorme! Que as pessoas custam a entender e custam a adaptar-se a esta nova realidade.

A biblioteconomia brasileira é muito antiga, o ensino de biblioteconomia é do início do século passado. E eu acho que quem começou a pensar nisto foi Rubens Borba de Moraes, quando diretor da Biblioteca Nacional ele disse que uma biblioteca só faz sentido quando está, quando se constitui como um sistema. Ele já imaginou que uma biblioteca sozinha não faz verão.

Depois ele foi para as Nações Unidas, para a biblioteca lá da ONU, e ele sempre vaticinou esta questão de que a biblioteca é um organismo vivo em constante transformação e que certamente o acervo é a base de prestação de serviço. Só que agora nós entendemos nesta nova dimensão, que é a do século XXI, que o acervo não é necessariamente proprietário, ele é um acervo de uso coletivo.

Nós estamos caminhando para um paradigma de solidariedade. Em trabalhos solidários, cada vez mais. Então hoje você não só compra quanto você se associa. Então nós estamos indo para questões novas como 'open access', 'procreate in commom', o 'science commom', que são mecanismos cooperativos mais flexíveis do que aqueles previstos pelas 'copyrights', pelas patentes etc. que geriam o sentido proprietário do documento.

Então nós vamos ter que continuar convivendo com isso: com as obras que estão no mercado e estão sujeitas a compra e venda, e a um universo

cada vez maior que são disponibilizadas pelos autores e pelas instituições. E isto é um desafio maior porque você vai ter que estar cercado de validade, tendo que avaliar essa literatura em conformidade com suas próprias políticas. O desafio é maior porque a oferta é também. Muito maior e muito mais complexa.

É bom lembrar que outra figura que começou isso aí foi o IBICT nos anos 60, porque eles começaram a pensar em coleções científicas no Brasil, nas bibliotecas científicas, institutos de pesquisa que eles proliferaram no Brasil a partir da 2ª Guerra Mundial, colocando em pauta as questões da documentação científica entre nós. A Lydia de Queiroz Sabaqui, o pessoal que trabalhou na montagem dos programas, inclusive da própria Fundação Getúlio Vargas com o catálogo e a catalogação cooperativa, todos estes instrumentos sem o quais, naquela época, era impossível fazer a seleção.

Hoje é bem mais fácil, porque você tem estante virtual, você tem livrarias virtuais, você tem grandes bibliotecas com seus acervos e seus catálogos on-line. Então isto facilita enormemente você chegar ao livro estabelecendo políticas de seleção bem mais dentro dos conformes científicos. Muda muito!

Agora, sobre a biblioteca escolar eu gostaria de chamar a atenção a apenas um aspecto: biblioteca escolar era a menina pobre do processo. Vivemos até recentemente um paradigma muito perverso no Brasil: o Brasil era um país que vivia de cabeça para baixo. O quê que era isso? A quem tinha mais, se dava mais. A quem tinha menos, se dava menos.

Isto significa que em termos biblioteconômicos a biblioteca especializada tinha mais acervo, mais recursos para desenvolver acervos, tinha melhor salários para pagar seus bibliotecários e certamente ela chegava a níveis de excelência (que não se mantêm hoje, lamentavelmente) para poder oferecer serviços de qualidade. Então nós evoluímos muito dos anos da 2ª Guerra Mundial até o final do século nessa linha de criar centros de excelência, de pesquisas e de ensino, onde as bibliotecas, em muitos casos, foram vistas como a ferramenta fundamental de prestar aos seus usuários as condições das pesquisas bibliográficas.

Você vê aí empresas como a Embrapa, você vê centros de pesquisa como o Centro Nacional de Energia Atômica, essas grandes instituições desenvolveram bibliotecas muito poderosas. E algumas universidades: a USP,

a UFRJ, a própria Universidade de Brasília que muito cedo construiu o prédio da sua biblioteca antes de construir o prédio da reitoria. Era uma filosofia de criar centros de excelência, formar elites, chamada massa crítica, da ciência, da tecnologia, do ensino e da cultura no Brasil.

De um tempo para cá nós estamos mudando esta política. Agora nós já chegamos à conclusão de que não basta você ter grandes programas de pós-graduação onde a graduação é fraca, o segundo grau é ruim, e o ensino fundamental é péssimo. Então a perspectiva de um país destes é muito ruim.

Então nós estamos querendo mudar esta pirâmide. Você tem que ter um ótimo curso fundamental, ampliar o segundo grau, os secundários e os cursos técnicos, passar para universidades, e de novo você tem que pensar em um sistema em todos os níveis, e não apenas em um nível.

As bibliotecas universitárias passaram de novo pela mesma coisa. A biblioteca ligada a cursos de pós-graduação eram melhor aquinhoadas do que aquela que atendia a maioria, que eram os estudantes de graduação. É uma perversidade! De novo a gente tem que rever esta política e pensar que a gente tem que desenvolver serviços bibliotecários em todos os níveis com o mesmo senso de visão social.

Aí chega a questão das bibliotecas públicas escolares: o Brasil sempre teve as bibliotecas públicas como as enfeitadas. Muito poucas... O Brasil não tem ainda bibliotecas públicas robustas de boa qualidade, salvo as exceções, e a verdade é que há muito tempo já se determinou que não pode haver município sem ter uma biblioteca pública, mas na prática, isto nunca se cumpriu.

Agora foi a vez das bibliotecas escolares: não pode haver escola sem biblioteca escolar. Certamente não vão ter um paradigma antigo. As bibliotecas escolares vão ter que ter acervos, mas vão ter que ter inclusão digital. De novo isto que você oferece aos pesquisadores tem que oferecer às crianças. Principalmente as crianças, porque elas têm mais vocação para isso, elas têm muito mais disposição para entrar no mundo das novas tecnologias, e há até um desconcerto aí porque tem mais tecnologias na rua e nas casas das pessoas do que nas escolas e nos lugares que as crianças freqüentam.

Isto aí é desestímulo ao próprio processo de ensino e aprendizagem. Eu acredito que vai ter que evoluir para esta questão das bibliotecas escolares

sendo bibliotecas híbridas, em que você tem acervos de apoio didático, paradidático pra fomentar o livro e a leitura e o acesso ao conhecimento não só como dever, mas também como prazer, e certamente ensinar estas crianças a tomar conhecimento com o mundo e a disponibilidade que há de documentos e informações em escala planetária.

Até o Brasil precisa ser um país poliglota. Os países que deram certo, mesmo países que tem línguas universais como o inglês, o francês, precisaram formar suas populações com conhecimentos de mais de uma língua. O Brasil se pretende ser um país grande... E as bibliotecas vão ter que se conformar a isso: não oferecer apenas material na língua do país. Até porque nem sempre chega à língua portuguesa o que tem de mais avançado, não é verdade.

Você pode se valer de sistemas de tradução automática etc. , o Brasil vem crescendo muito na publicação de traduções de obras, mas certamente isto que está na ponta, isto não é bom, não é suficiente. Se começa cedo é muito melhor do que querer oferecer cursos de línguas a doutores e pesquisadores de altos níveis. Tem que começar lá na base. O Brasil tem que se reinventar nesta questão do desenvolvimento educacional, cultural e científico.

Certamente as políticas vão ter que refletir estas novas políticas gerais. Nós estamos desenvolvendo na Biblioteca Nacional uma metodologia chamada Alfin (Alfabetização Informacional) que é uma metodologia de treinamento de usuários para o uso da internet.

Não é um curso de usar e instalar micro e fazer música, não. A gente tem ali uma programação de como você usa a informação, legitima e vê se essa informação é de qualidade, como é que você usa esse material e organiza esse trabalho, organiza seus artigos e desenvolve seus trabalhos acadêmicos, escolar etc., como é que você aprende a trabalhar em rede e em grupo e trabalhar em pesquisa coletiva, até as questões finais da tecnologia de ponta.

Sobretudo da convergência tecnológica que hoje combina acervos textuais e animados. A era dos vocos-visuais. Uma anima-verb-voco-visual. Você tem animação, você tem texto, você tem voz e você tem imagem. Hoje a informação é multimídia. É cada vez mais multimídia. Então tem que ensinar os usuários e temos que ter coleções nesta nova dimensão. Não é apenas formar

coleções de livros. Certamente os livros ocupam um papel muito importante neste processo, mas as bibliotecas têm que ampliar os horizontes.

Elas começam a entender que o papel da tecnologia não é só dentro da biblioteca, ela é um apoio para a sala de aula, ela é um apoio à distância quando as crianças estão em casa fazendo seus trabalhos escolares, ou seja, é uma nova dimensão de atendimento dos usuários.

Eu acho que estava escrito, no que a gente quer desenvolver agora no Distrito Federal, que o governo instituiu o programa do livro e da leitura: biblioteca, livro e leitura. Nós vamos organizar no fim do ano, aqui, um encontro para discutir estas questões trazendo grandes especialistas. Porque o cenário é outro, as metodologias são outras, a literatura está se atualizando dentro do que nós chamamos de cultura digital. Que é a nova dimensão das coisas.

Provavelmente o bibliotecário do futuro vai trabalhar com o desenvolvimento de coleções para instituições, para pessoas, para grupos que se reúnem por um tempo e se dissolvem, porque esta é a nova dinâmica de trabalho coletivo que nós estamos desenvolvendo: trabalho em casa, trabalho em rede, trabalhos em agendas de redes sociais. Na verdade você vai viver isso. Certamente está e a realidade que nós vamos enfrentar, ou já estamos enfrentando.

Efetivamente, eu acho que é tão importante desenvolver uma biblioteca escolar quanto uma biblioteca científica. Até porque o que se a gente tiver os leitores e os usuários de informação nos primeiros estágios de vida, a qualidade nas universidades vai ser maior e as produções científicas serão muito melhores também.

Existe um paradigma que eu inventei e apelidei de “pirâmide”, que é o seguinte: porque que Pelé surgiu e não temos um prêmio Nobel? A resposta é simples! É porque você tem um país onde todo mundo joga futebol, da várzea aos clubes, dos clubes aos grandes campeonatos, e por ser muito competitivo, você acaba tendo um Pelé, tendo um Kaká, acaba tendo Ronaldinho. Porque eles estão na ponta de uma pirâmide que tem uma base muito grande. Por que que não temos um prêmio Nobel? Porque a base de nossa pirâmide é muito pequena, numa língua pouco acessível.

Na ciência é a mesma coisa. O Brasil é o 6º país do mundo em produção científica, mas não tá entre os mais citados. Por quê? Por causa da

qualidade. No momento em que você tiver uma quantidade muito maior, quem quiser se sobressair terá que ser melhor do que os que ficaram para trás, e essa massa crítica lá na ponta da pirâmide será universal. Terá que ser universal.

Já temos gente de primeira linha, naturalmente. Só que não chegamos ainda a um prêmio Nobel de ciência, nem de literatura. E temos condições de fazer isto. A Índia se levantou, muitos países do mundo estão se reinventando. O Brasil vai ter que trabalhar.

E o papel das bibliotecas é fundamental aí. Não aquela biblioteca convencional, tradicional. Ela também tem o seu lugar, mas a gente precisa trazer a biblioteca para estes novos patamares do século XXI dentro destes novos paradigmas de acesso, de distribuição e criação coletiva do conhecimento.

ANEXOS

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Carlos Lupi